

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Capitalismo Acadêmico e suas manifestações na América Latina

SÃO PAULO

2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Capitalismo Acadêmico e suas manifestações na América Latina

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores – Ênfase no Ensino Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Formação de Professores – Ênfase no Ensino Superior.

Autora: Juliana Nelia do Nascimento Correa
Orientadora: Prof.^a Dr. Alda Roberta Torres

SÃO PAULO

2022

Catálogo na fonte
Biblioteca Francisco Montojos - IFSP Campus São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

c824c	<p>Correa, Juliana Nelia do Nascimento Capitalismo acadêmico e suas manifestações na américa latina / Juliana Nelia do Nascimento Correa. São Paulo: [s.n.], 2022. 63 f. il.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Alda Roberta Torres</p> <p style="text-align: center;">Monografia (Especialização em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2022.</p> <p style="text-align: center;">1. Capitalismo Acadêmico. 2. Educação Superior. 3. Universidade Empreendedora. 4. Neoliberalismo. 5. América Latina. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo II. Título.</p> <p>CDD 378</p>
-------	--

AGRADECIMENTOS

À vida: em sua plenitude, desafios e cores.

Ao meu pai, Alberto Luiz Correa, que partiu no meio da jornada desta pós-graduação, mas cujas lembranças me acompanham todos os dias, causando saudade, provocando sorrisos e me lembrando de quem sou.

À minha tia Lúcia, minha companhia de caminhadas pelo centro da cidade, de conversas sobre questões sociais, livros e memórias da família Correa. Com quem eu estaria compartilhado os resultados deste trabalho, não tivesse ela partido para a eterna paz que tanto merecia.

Ao Eduardo, meu companheiro de caminhada, de partilha de infinitas, pequenas e grandes alegrias, e de poucas, intensas e passageiras tristezas. Obrigada pela paciência, por acreditar em mim mais do que eu mesma, por me nutrir com amor, cuidado, estômago cheio e coração quentinho. Por ter salvado minha vida com sua preocupação (às vezes demasiada) e continuar salvando todos os dias com a alegria de quem sempre acorda sorrindo e fazendo graça. A você todo meu amor e gratidão eterna.

À minha mãe, meu irmão, minhas sobrinhas, cunhadas e cunhados, sogra e sogro, vó, tias e tios, primas e primos por serem a base segura à qual sei que sempre poderei retornar.

À professora e amiga Alda Roberta Torres, por ter aceitado o desafio de me orientar, pela paciência, pela generosidade, pela parceria, pelas orientações leves e produtivas. E por ter me dado todo o suporte que precisava nos piores momentos de minha vida.

À professora Adriana Tolentino Sousa, por ousar desafiar a ementa tradicional e me apresentar às discussões sobre raça que mudaram minha visão sobre o mundo, o Brasil, minhas raízes e sobre mim. À professora Amanda, pelas aulas e pelas contribuições na banca de avaliação. Às professoras Marisa, Lidiane, ao professor Thomas e aos meus colegas de curso, que tanto me ensinaram. Procurei este curso para me preparar para a sala de aula, e por ter tido a educação como objeto de pesquisa no mestrado em administração e ter sentido o desconforto de me perceber uma intrusa. Jamais imaginei o tanto que meu mundo seria ampliado com tudo que aprendi.

Aos IFSP por ter aberto as portas do mundo para mim em 2001 e agora.

À educação pública, gratuita e de qualidade, sem a qual eu jamais teria chegado até aqui. Que estas mesmas oportunidades a que tive acesso sejam também acessíveis a todas as pessoas.

Obrigada!

RESUMO

Ao longo de sua história, a universidade passou por transformações, sendo a mais recente em direção a uma universidade empreendedora, com maior interação com empresas, preferência por pesquisas aplicadas, racionalização de processos internos etc. Essas mudanças são ilustrações do Capitalismo Acadêmico, teoria oriunda dos países do Norte Global que descreve a forma como as universidades respondem às pressões do neoliberalismo, desenvolvendo comportamentos típicos de empresas. Este trabalho caracterizou o Capitalismo Acadêmico segundo seus antecedentes (neoliberalismo, globalização e a lógica de privatização), manifestações do fenômeno (mudanças na legislação, diversificação de instituições e mercadorização) e seus consequentes (neo-gerencialismo e empreendedorismo acadêmico). As manifestações do Capitalismo Acadêmico na América Latina, identificadas por meio de uma segunda revisão sistemática, foram agrupadas nas categorias: regime de economia política (mercadorização, privatização, mercantilização, comercialização e financeirização), governança do sistema (legislação e participação do Estado na provisão e financiamento da educação superior) e o campo organizacional da educação superior. Essas categorias foram propostas por Brunner *et al.* (2021) como os componentes do sistema de educação superior que influenciam as variedades locais do Capitalismo Acadêmico. A partir dessa análise, uma nova categoria foi identificada, a dos impactos do capitalismo acadêmico no âmbito individual: na identidade dos docentes e no significado do trabalho. A recomendação para estudos futuros é explorar como esses impactos influenciam a proliferação dos grupos de pesquisa como forma de os docentes resgatarem o significado do trabalho e, ao mesmo tempo, manterem-se relevantes às demandas da sociedade do conhecimento e do Capitalismo Acadêmico.

Palavras-chave: Capitalismo Acadêmico; Neoliberalismo; Educação Superior; Universidade Empreendedora; Universidade

ABSTRACT

Throughout its history, the university has transformed, the most recent being towards an entrepreneurial university, with more significant interaction with companies, preference for applied research, rationalization of internal processes, etc. These changes are illustrations of Academic Capitalism, a theory from the Global North countries that describes how universities respond to the pressures of neoliberalism, developing typical behaviors of companies. This paper characterized Academic Capitalism according to its antecedents (neoliberalism, globalization and the logic of privatization), its expressions (changes in legislation, diversification of institutions and commodification) and its consequences (neo-managerialism and academic entrepreneurship). The expressions of Academic Capitalism in Latin America, identified through a second systematic review, were grouped into the following categories: political economy regime (commodification, privatization, mercantilization, commercialization, and financialization), system governance (legislation and state participation in the provision and funding of higher education) and the organizational field of higher education. These categories were proposed by Brunner *et al.* (2021) as the components of the higher education system that influence the local varieties of Academic Capitalism. Based on this analysis, a new category was identified: the impacts of academic capitalism at the individual level - on the scholars' identity and work purpose. The recommendation for future studies is to explore how these impacts influence the proliferation of research groups as a way for professors to rescue the work purpose and, at the same time, remain relevant to the demands of the knowledge society and Academic Capitalism.

Keywords: Academic Capitalism; Neoliberalism; Higher Education; Entrepreneurial Universities; University

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultados da revisão de literatura para identificação de trabalhos seminais sobre Capitalismo Acadêmico	13
Tabela 2 - Países dos principais autores encontrados pela revisão sistemática.....	13
Tabela 3 - Revistas com mais artigos de Capitalismo Acadêmico	13
Tabela 4 - Palavras-chave mais utilizadas.....	14
Tabela 5 - Análise do passado – manuscritos mais citados pelo corpus de análise.....	14
Tabela 6 - Análise do futuro - artigos do corpus mais citados pela academia em Maio de 2021	15
Tabela 7 - Resultados da revisão de literatura de Capitalismo Acadêmico: pesquisas fora do Norte Global	27
Tabela 8 - Manifestações do Capitalismo Acadêmico.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Objetivos	8
<i>1.1.1</i>	<i>O objetivo geral.....</i>	<i>8</i>
<i>1.1.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	<i>8</i>
1.2	Estrutura do trabalho.....	8
2	CARACTERIZANDO O CAPITALISMO ACADÊMICO.....	10
2.1	Método	12
2.2	Resultados	16
<i>2.2.1</i>	<i>Antecedentes do Capitalismo Acadêmico: neoliberalismo, globalização e a lógica de privatização</i>	<i>16</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Manifestações do Capitalismo Acadêmico: legislação, diversificação, neogerencialismo e mercadorização.....</i>	<i>19</i>
<i>2.2.3</i>	<i>Consequentes do Capitalismo Acadêmico: empreendedorismo acadêmico e neogerencialismo</i>	<i>22</i>
3	CAPITALISMO ACADÊMICO NA AMÉRICA LATINA.....	27
3.1	Método	27
3.2	Resultados	28
<i>3.2.1</i>	<i>Economia política: aspectos globais e desdobramentos na América Latina.....</i>	<i>35</i>
<i>3.2.2</i>	<i>Governança do sistema de educação superior na América Latina</i>	<i>37</i>
<i>3.2.3</i>	<i>O campo organizacional: mudanças na estrutura, na cultura e no trabalho</i>	<i>40</i>
<i>3.2.4</i>	<i>O impacto do Capitalismo Acadêmico nos indivíduos</i>	<i>46</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE	60
	ANEXO 1 – O TRIÂNGULO DA COORDENAÇÃO DE CLARK	63

1 INTRODUÇÃO

O papel da universidade, tradicionalmente o *locus* do ensino superior, tem se transformado ao longo da história: de seu surgimento até meados do Século XVI esteve atrelada a interesses religiosos, passando à laicidade no período pós-revoluções burguesas (Século XVII) e chegando à concepção moderna de universidade Humboldtiana no Século XIX, voltada "à investigação, à produção do conhecimento e, naquilo que interessa, despreocupada com os vínculos deste com as necessidades imediatas do mercado" (HUMBOLDT, 1997 apud BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 25).

Já no fim do Século XX, passa ser difundida a concepção de universidade empreendedora que emergiu das mudanças no sistema de ensino superior nos países do Norte Global, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA). Essa concepção baseia-se na ideia de que, para manter sua legitimidade, a universidade deve se organizar para se articular com empresas e governos com vistas a fomentar a inovação – o conceito de Hélice Tripla¹, proposto por (ETZKOWITZ, 2003) –, configurando-se como não apenas universidade de pesquisa, mas como universidade empreendedora, praticando o que se chama de empreendedorismo acadêmico. Termo cunhado por Clark (1998), o empreendedorismo acadêmico é pautado na premissa de que a universidade deve utilizar-se da produção científica de seus laboratórios e de seus grupos de pesquisa para obter recursos para o financiamento de suas atividades (MENDOZA, 2007).

A transformação da universidade pautada em valores da iniciativa privada – empreendedorismo, inovação, controle gerencial, medidas de eficiência, orientação para pesquisa aplicada – é apresentada como resultado de uma evolução da universidade. É necessário, entretanto, problematizar essa evolução como resultado de processos históricos de mudanças político-econômicas e institucionais em níveis global, estatal, do sistema de educação superior e das universidades em si.

¹ Cai e Etzkowitz (2020) descrevem que “A Hélice Tríplice das interações universidade-indústria-governo, destacando o papel aprimorado da universidade na transição da sociedade industrial para a baseada no conhecimento, tornou-se difundida nos estudos de inovação e empreendedorismo.” O Triple Helix Research Group – Brazil (2023) explica que o modelo idealizado por Etzkowitz e Leydersdorff “[...] é baseada na perspectiva da Universidade como indutora das relações com as Empresas (setor produtivo de bens e serviços) e o Governo (setor regulador e fomentador da atividade econômica), visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico” e prosseguem descrevendo a inovação como “[...] resultante de um processo complexo e dinâmico de experiências nas relações entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento nas universidades, nas empresas e nos governos, em uma espiral de ‘transições sem fim’”.

Um fato importante a se considerar nessa análise é que a intensificação dessas mudanças acontece aproximadamente nos anos 1980 nos EUA e no Brasil após o governo Fernando Henrique Cardoso (meados da década de 1990), quando se observa a intensificação da redução do financiamento público das universidades, uma pressão por racionalização dos serviços públicos – com emprego de tecnologias gerenciais do setor privado orientadas para maior eficiência, transparência e inovação – e mecanismos legais que permitem maior aproximação entre o mercado e a universidade e os acadêmicos, baseado na tese de superioridade do setor privado sobre o setor público, própria do neoliberalismo.

No âmbito individual, esse fortalecimento da lógica privada na educação superior disseminou a visão do acesso à universidade como conquista e não como direito (DIAS SOBRINHO, 2010; SAVIANI, 2013). No âmbito institucional, manifestou-se tanto pela implementação do gerencialismo (DEEM, 2001), a constituição da universidade pública operacional (CHAUI, 2003), a fragmentação do conhecimento e do trabalho (SLAUGHTER; RHOADES, 2004), o estímulo ao produtivismo acadêmico (COSTA; GOULART, 2018; OURIQUES, 2011; TREIN; RODRIGUES, 2011) e a ressignificação da universidade na sociedade do conhecimento, que, pela concepção de Barnett (2000), deixa de ter o monopólio da produção de conhecimento.

A disseminação dos valores neoliberais, a globalização, a internacionalização dos mercados, o corte de financiamento público da educação superior são fenômenos globais antecedentes do chamado Capitalismo Acadêmico, uma teoria originada em países do Norte Global (EUA, Austrália e alguns países da Europa Ocidental), que descreve “a forma como as universidades de pesquisa organizam-se para responder às pressões do neoliberalismo de tratar a política de ensino superior como um subgrupo da política econômica” (SLAUGHTER; LESLIE, 2001, p. 154, tradução nossa).

A forma como as universidades respondem a essas pressões do neoliberalismo, segundo Slaughter e Leslie (2001), pode se manifestar de duas formas:

- 1) pela adoção de comportamentos de mercado – atividades lucrativas como registro e exploração de patentes, royalties, licenciamentos, empresas incubadas (*spin-offs*), vendas de produtos e serviços educacionais, como roupas de esporte, livros etc.; ou
- 2) por comportamentos assemelhados ao mercado – competição por recursos externos como verbas de editais de financiamento (*grants*), parcerias, e outras atividades geradoras de receita.

Este trabalho busca, portanto, caracterizar o Capitalismo Acadêmico como fenômeno importante nas transformações recentes na universidade, apoiando-se, para tanto, nos resultados de revisões de literatura, conduzidas de forma sistemática, direcionadas à condução de uma análise conceitual do Capitalismo Acadêmico – identificando os conceitos extraídos da literatura seminal, originada da realidade das universidades do Norte Global – e em seguida, caracteriza as manifestações do fenômeno na América Latina.

Ao caracterizar os mecanismos do Capitalismo Acadêmico este trabalho pode auxiliar a universidade a direcionar a função de pesquisa de sua pós-graduação para expansão de grupos de pesquisa orientados ao atendimento de demandas da sociedade – não apenas ao mercado. Dessa forma, a universidade pode fortalecer a legitimação de seu papel na sociedade do conhecimento, ampliando sua finalidade social, viabilizando o tripé educação-pesquisa-extensão e preservando seu *ethos* (SAVIANI, 2002).

1.1 Objetivos

1.1.1 O objetivo geral

Analisar o conceito de Capitalismo Acadêmico e suas manifestações na América Latina retratadas na literatura.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o conceito de Capitalismo Acadêmico por meio de trabalhos seminais identificados em revisão bibliográfica sistemática.
- Identificar as manifestações do Capitalismo Acadêmico na América Latina à luz de revisão bibliográfica sobre o tema.

1.2 Estrutura do trabalho

O capítulo 2 descreve o método empregado para atingir primeiro objetivo específico, por meio da condução de uma revisão sistemática de literatura, a partir da qual se depreenderam os conceitos principais do capitalismo acadêmico. O capítulo apresenta, então os resultados da revisão de literatura caracterizando o capitalismo acadêmico a partir dos artigos seminais identificados, organizando os conceitos entre: antecedentes, manifestações do capitalismo acadêmico e consequentes.

O capítulo 3 descreve os procedimentos para uma nova revisão de literatura, focada nos resultados dos artigos latino-americanos que passaram pelo crivo sistemático da revisão de literatura, tendo em vista que a literatura seminal mostrou-se focada na realidade dos países do Norte Global. Os conceitos são organizados segundo a estrutura conceitual proposta por Brunner *et al.* (2021), que identifica que o capitalismo acadêmico manifesta-se sob diferentes variedades, influenciadas pelas características do sistema de educação nacional em termos de três categorias: economia política, governança do sistema e campo organizacional.

A partir dos artigos seminais e dos trabalhos da literatura latino-americana, este trabalho concluir por propor uma dimensão adicional ao quadro conceitual de Brunner *et al.* (2021) que são os impactos e ações em nível individual, dos acadêmicos que têm sua identidade e o significado que veem no trabalho acadêmico impactados pelo Capitalismo Acadêmico. Dentre as formas de reagirem às pressões e manterem-se ativos, os acadêmicos engajam-se em redes como no caso dos grupos de pesquisa, sendo o exame da expansão dos grupos de pesquisa como reação dos acadêmicos às pressões do Capitalismo Acadêmico, uma recomendação para estudos futuros.

2 CARACTERIZANDO O CAPITALISMO ACADÊMICO

A universidade, tradicionalmente o *locus* do ensino superior, tem se transformado ao longo da história: de seu surgimento até meados do século XVI esteve atrelada a interesses religiosos, passando à laicidade no período pós-revoluções burguesas (século XVII) e a uma maior diversificação de finalidades no século XIX. É nesse momento em que surge a concepção moderna de universidade Humboldtiana, com a idealização da Universidade de Berlim voltada "à investigação, à produção do conhecimento e, naquilo que interessa, despreocupada com os vínculos deste com as necessidades imediatas do mercado" (HUMBOLDT, 1997 apud BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 25).

Nos dias de hoje, diz-se estarmos em uma era de "economia do conhecimento" (ALTHUSSER, 1971 visto em SLAUGHTER, RHOADES, 2004). Por um lado, a era do conhecimento pode fortalecer o papel das universidades, já que são o maior símbolo de produção de conhecimento. Por outro lado, pode prejudicar a desejada autonomia universitária uma vez que o ethos acadêmico fica sujeito à aplicabilidade do conhecimento aos interesses do mercado (SLAUGHTER; LESLIE, 2001; SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Uma vez que conhecimento é a matéria-prima da economia atual, novos tipos de empresas passam a produzir e explorar conhecimento (por meio de unidades de pesquisa e desenvolvimento e universidades corporativas), desafiado o papel da universidade como produtora de novos conhecimentos (BARNETT, 2000).

Discordando da tese de fim do conhecimento do ensino superior defendida por alguns autores, Barnett (2000) reforça que o papel da universidade na era da supercomplexidade (em que há múltiplas estruturas conceituais para compreender o mundo), não se esgotou, mas fora ressignificado: desenvolver uma epistemologia da incerteza, pautada no desenvolvimento de capacidades para uma visão crítica e revolucionária da realidade, de capacidades para enfrentar as incertezas do mundo e de capacidades para ação crítica. A universidade tem o papel de desenvolver instrumentos para a compreensão da nova realidade complexa, de empoderar os sujeitos a viver com propósito na supercomplexidade (BARNETT, 2000).

O desenvolvimento dessa nova epistemologia, movendo-se de um lugar que endossa paradigmas existentes para um lugar que produz novos esquemas de compreensão do mundo requer mudanças nas universidades: desde a forma de gestão, passando pelas formas de financiamento e de avaliação, envolvendo, por exemplo, a necessidade de agrupamentos multidisciplinares e conseqüentemente ações de estímulo à formação de redes e programas inovadores (BARNETT, 2000).

Na busca por ressignificar seu papel, levantar novas fontes de financiamento, e implantar as mudanças organizacionais necessárias para isso, as universidades passam a adotar dois tipos de prática:

- 1) comportamentos típicos do mercado, ou seja, atividades lucrativas como criação de patentes, obtenção de receitas de royalties, licenciamentos, desenvolvimento de empresas incubadas (*spin-offs*), vendas de produtos e serviços educacionais, como roupas de esporte, livros etc.;
- 2) comportamentos assemelhados ao mercado – competir por fontes de receitas oriundas de editais de pesquisa (*grants*), parcerias com o setor privado, e outras atividades que atraíam novos recursos.

Esse conjunto de ações típicas do (ou assemelhadas às práticas do) mercado empresarial são encapsuladas por Slaughter e Leslie (2001) na categoria “Capitalismo Acadêmico” a partir de seus estudos sobre as transformações da universidade em países do Norte Global. O Capitalismo Acadêmico, designa o conjunto de ações que as universidades tomam para reagir às pressões originadas do regime neoliberal, que trata a política da educação superior como uma fração da política econômica, e integrar-se à nova economia (SLAUGHTER; LESLIE, 2001; SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Segundo Cantwell (2015), as ações para integrar-se à nova economia envolvem a produção e disseminação de conhecimento comercializável na universidade por meio da pesquisa e de outras atividades acadêmicas, como o ensino. Slaughter e Rhoades (2004) classificam os registros de patentes originados das atividades de pesquisa e a aplicação de copyright (licenciamento de produção intelectual) a currículos, ementas, produtos educacionais como uma explicitação da comoditização do ensino superior. Marginson (2013) elenca atividades que geram fluxos de receitas para as universidades, como a oferta de serviços comerciais de consultoria em pesquisa aplicada, além da venda de cursos rápidos, e da cobrança de taxas de matrícula com margens de lucro em alguns casos (para estudantes estrangeiros em universidades dos EUA).

A ressignificação do papel da universidade e todas as ações que acontecem no contexto do Capitalismo Acadêmico não surgem de forma natural, mas como resposta a uma série de fatores políticos, econômicos e sociais. Esses fatores completam a caracterização do Capitalismo Acadêmico e são descritos nas subseções a seguir, sendo classificados entre fenômenos que antecedem o surgimento do Capitalismo Acadêmico, manifestações do Capitalismo Acadêmicos encapsuladas no fenômeno e consequentes do Capitalismo Acadêmico.

2.1 Método

Esta revisão de literatura tem caráter descritivo, ou seja, tem por objetivo caracterizar o fenômeno do Capitalismo Acadêmico, como se enuncia no primeiro objetivo específico deste trabalho. Para tanto, foi adotada uma revisão da literatura, conduzida de forma sistemática, e orientada, inicialmente, a identificar os trabalhos seminais sobre Capitalismo Acadêmico.

Embora não seja uma revisão sistemática per se, como descrito por Paré *et al.* (2016) – que classificam como revisões sistemáticas as meta-análises, as revisões sistemáticas qualitativas e revisões do tipo guarda-chuva –, foram estabelecidos critérios de busca e seleção dos documentos, bem como foram documentados os passos da busca. Essas ações trazem rigor, transparência e sistematização, o que, para Rowe (2014), atribui qualidade à revisão.

Uma vez definido o objetivo da pesquisa, foram selecionados os termos de busca: “*academic capitalism*”. A escolha do uso das palavras chaves em Inglês justifica-se pois, mesmo os artigos publicados em revistas em Português, Espanhol (ou outros idiomas diferentes do Inglês), em geral, necessitam apresentar o resumo e as palavras chaves em Inglês, pois é o idioma utilizado para indexação nas principais bases de dados científicas. Em seguida, foram selecionadas, como fontes de busca (HINDE; SPACKMAN, 2015), as duas maiores bases de artigos científicos do mundo: Web of Science (que elenca pesquisas de referência e com alto número de citação em determinada área de conhecimento) e Scopus.

A pesquisa foi realizada em maio de 2021, tendo sido recuperados 444 trabalhos, entre artigos em periódicos científicos e trabalhos de congressos com os termos de busca empregados em título, resumo, palavras-chave. Os critérios aplicados, bem como a quantidade de trabalhos recuperados são apresentados na Tabela 1.

Os dados dos artigos identificados nesta busca (título, resumo, palavras-chave, autores, afiliação dos autores, ano de publicação, nome da revista e referências) foram exportados no formato *bibtex* para uma análise bibliométrica exploratória utilizando o pacote do software R² chamado *bibliometrix*³, com auxílio do material orientativo de Baldam (2020). Essa ferramenta informatizada permite criar um mapeamento da literatura empregando princípios de bibliometria, sendo, portanto, uma ferramenta importante para lidar com o grande volume de

² R é tanto uma linguagem de programação quanto um ambiente para computação que oferece uma ampla variedade de programas estatísticos, com códigos que compõem programas (chamados de “pacotes”) que são abertos, gratuitos e livres, desenvolvidos pela comunidade de usuários ao redor do mundo. Os pacotes podem ser baixados gratuitamente, como é o caso do *Bibliometrix*. Disponível em: <https://www.r-project.org/about.html>.

³Disponível em: <https://www.bibliometrix.org/index.html>.

publicações diversificadas que atualmente se observa nas diferentes áreas do conhecimento (ARIA; CUCCURULLO, 2017).

Tabela 1- Resultados da revisão de literatura para identificação de trabalhos seminais sobre Capitalismo Acadêmico

Número da busca	Base de dados	Filtros	n
1	Web of Science	Principal Coleção do// Web of Science TÓPICO: ("academic capitalism") TIPOS DE DOCUMENTO: Artigos em periódicos científicos (Article) ou trabalhos de congressos (conference papers)	217
2	Scopus	Campos de busca: palavra-chave, resumo ou título Termo de busca: "academic capitalism" Tipo de document: Artigos ("ar") e trabalhos de congressos ("cp")	227
Total			444

Fonte: Elaboração própria

Foram identificados 142 trabalhos duplicados entre os artigos recuperados nas buscas nas duas bases de dados. É possível verificar que as publicações são, majoritariamente, de autores de países do Norte Global, com os Estados Unidos concentrando 35% das publicações. Apenas Chile e China são países em desenvolvimento entre os dez primeiros com mais pesquisas sobre o tema, com menos de dez publicações cada, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2 - Países dos principais autores encontrados pela revisão sistemática

Posição	País	N artigos	%	Posição	País	N artigos	%
1	Estados Unidos	90	35%	6	Rússia	10	4%
2	Reino Unido	25	10%	7	Chile	8	3%
3	Finlândia	18	7%	8	Alemanha	8	3%
4	Austrália	14	6%	9	Espanha	7	3%
5	Canadá	13	5%	10	China	6	2%

Fonte: Elaboração própria

As revistas que mais publicam artigos sobre Capitalismo Acadêmico são, em sua maioria, destinadas aos estudos da Educação Superior, em específico, ou de Educação em geral – com exceção de Athenea Digital cujo escopo contempla Ciências Sociais em Geral –, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 - Revistas com mais artigos de Capitalismo Acadêmico

Posição	Revista	Tradução do nome	Artigos
1	Higher Education	Educação Superior	22
2	Journal of Higher Education	Revista da Educação Superior	16
3	Athenea Digital	Athenea Digital	6
4	Education Policy Analysis Archives	Arquivos de Análise de Política Educacional	5
5	Higher Education Policy	Política da Educação Superior	5
6	Studies in Higher Education	Estudos em Educação Superior	5
7	Critical Studies in Education	Estudos Críticos em Educação Superior	4
8	Minerva	Minerva	4
9	British Journal of Sociology of Education	Revista Britânica de Sociologia da Educação	3
10	Journal of Education Policy	Revista de Política Educacional	3

Fonte: Elaboração própria

Dentre as palavras-chave mais utilizadas nos artigos identificados, as mais comuns são *Academic Capitalism* (Capitalismo Acadêmico), o que mostra a precisão das palavras-chave escolhidas para a busca, *Higher education* (educação superior), *Neoliberalism* (neoliberalismo), e *Universities* (universidades). Notam-se ainda variações desses termos, como “capitalismo”, “universidade”, “educação” e destacam-se os conceitos de universidade empreendedora e de produção do conhecimento.

Tabela 4 - Palavras-chave mais utilizadas

Posição	Palavra-chave (Inglês)	Tradução	N Artigos
1	Academic Capitalism	Capitalismo Acadêmico	131
2	Higher Education	Educação Superior	46
3	Neoliberalism	Neoliberalismo	20
4	Universities	Universidades	17
5	Capitalism	Capitalismo	16
6	University	Universidade	15
7	Academic	Academia	13
8	Entrepreneurial University	Universidade Empreendedora	11
9	Education	Educação	10
10	Knowledge Production	Produção de conhecimento	9

Fonte: Elaboração própria

Tomando o corpus de análise como referência (os artigos não-duplicados da revisão sistemática), o algoritmo do *bibliometrix* fornece dois indicadores para identificar obras de impacto para a literatura. O primeiro deles é o dos manuscritos mais citados pelo conjunto de artigos do corpus de análise. É um tipo de análise do passado (*backward analysis* ou análise para trás, em tradução livre), que permite destacar os pilares sobre os quais a teoria do Capitalismo Acadêmico fora desenvolvida.

Tabela 5 - Análise do passado – manuscritos mais citados pelo corpus de análise

Posição	Obra	Tradução	Artigos do corpus que referenciaram a obra
1	SLAUGHTER, S., RHOADES, G (2004). Academic capitalism and the new economy: Markets, state, and higher education	Capitalismo Acadêmico e a nova economia: mercados, estado e ensino superior	95
2	SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. (1997). Academic capitalism: Politics, policies, and the entrepreneurial university	Capitalismo Acadêmico: política, políticas e a universidade empreendedora	94
3	CLARK, BR. (1998). Creating entrepreneurial universities: organizational pathways of transformation. Issues in Higher Education.	Criando universidades empreendedoras: caminhos organizacionais de transformação. Questões no ensino superior.	27
4	SLAUGHTER S (2001). Expanding and Elaborating the Concept of Academic Capitalism	Expandindo e elaborando o conceito de Capitalismo Acadêmico	23
5	BOK DEREK (2003). Universities in the Marketplace	Universidades no mercado	22

Fonte: Elaboração própria

Como se observa na Tabela 5, dentre esses artigos mais influentes para a construção das bases da teoria, estão as obras de Slaughter e Rhoades, idealizadores da teoria do Capitalismo Acadêmico, e o trabalho de Clark que é base para o conceito de universidade empreendedora.

O segundo indicador é o dos artigos do corpus mais citados pela academia, ou seja, os artigos mais férteis, profícuos, de maior impacto. É um tipo de análise do futuro (*forward analysis* ou análise para frente, em tradução livre), que permite identificar a direção para onde a pesquisa sobre o Capitalismo Acadêmico está se desenvolvendo.

Tabela 6 - Análise do futuro - artigos do corpus mais citados pela academia em Maio de 2021

Posição	Autor	Ano	Citações		Título	Tradução
			Total	Média por ano		
1	MARGINSON, S.; RHOADES, G	2002	329	16,5	Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic	Além dos estados, mercados e sistemas nacionais de ensino superior: uma heurística de agência glonal
2	DEEM R.	2001	292	13,9	Globalisation, New Managerialism, Academic Capitalism and Entrepreneurialism in Universities: Is the local dimension still important?	Globalização, Novo Gerencialismo, Capitalismo Acadêmico e Empreendedorismo nas Universidades: A dimensão local ainda é importante?
3	BARNETT R.	2000	160	7,3	University knowledge in an age of supercomplexity	Conhecimento universitário na Era de supercomplexidade
4	SLAUGHTER S.	2001	148	7,1	Expanding and Elaborating the Concept of Academic Capitalism	Expandindo e elaborando o conceito de Capitalismo Acadêmico
5	MARGINSON S.	2013	135	15	The impossibility of capitalist markets in higher education	A impossibilidade de mercados capitalistas no ensino superior
6	MOORE K.	2011	116	10,6	Science and neoliberal globalization: a political sociological approach	Ciência e globalização neoliberal: uma abordagem político-sociológica
7	YLIJOKI O.H.	2003	110	5,8	Entangled in academic capitalism? A case-study on changing ideals and practices of university research	Envolvido no Capitalismo Acadêmico? Um estudo de caso sobre a mudança de ideais e práticas de pesquisa universitária
8	RENAULT C.S.	2006	105	6,6	Academic Capitalism and University Incentives for Faculty Entrepreneurship	Capitalismo Acadêmico e incentivos universitários para o empreendedorismo docente
9	ROVAI A.P.	2010	95	7,9	Why some distance education programs fail while others succeed in a global environment	Por que alguns programas de educação a distância falham enquanto outros são bem-sucedidos em um ambiente global?
10	MENDOZA P.	2007	87	5,8	Academic Capitalism and Doctoral Student Socialization: A Case Study	Capitalismo Acadêmico e Socialização de Alunos de Doutorado: Um Estudo de Caso

Fonte: Elaboração própria

Como se observa na Tabela 6, dentre os dez artigos do corpus de análise que mais foram citados por outros trabalhos, estão: i) dois trabalhos de Simon Marginson: um de 2002, em parceria com Gary Rhoades (um dos idealizadores da teoria) e outro de 2013), o que mostra que o pesquisador tornou-se uma referência no tema; e ii) um trabalho de Sheila Slaughter que também está listado na tabela 5, o que demonstra que o trabalho continua sendo referência para o tema.

A seção a seguir descreve o Capitalismo Acadêmico em seu contexto de seu surgimento, seus antecedentes e seus consequentes, baseando-se nos trabalhos seminais identificados nas etapas da revisão sistemática da literatura.

2.2 Resultados

2.2.1 *Antecedentes do Capitalismo Acadêmico: neoliberalismo, globalização e a lógica de privatização*

O principal pano de fundo sobre o qual se desenvolve o capitalismo acadêmico é o neoliberalismo. De acordo com Moore *et al.* (2011), neoliberalismo contempla ideologias e ações que, embora manifestem-se de formas diferentes dependendo da localidade, têm em comum:

- a tendência a privilegiar a iniciativa privada em detrimento de ações governamentais no desenvolvimento de políticas públicas – por meio da privatização e mecanismos de regulação e intervenção, por exemplo;
- a preferência ao livre comércio em detrimento de medidas protecionistas que favoreçam mercados e produtores internos – por meio de tarifas alfandegárias, subsídios, blocos regionais de livre comércio;
- o tratamento da pobreza sob a ótica de meritocracia e responsabilidade individual, favorecendo parcerias público privadas, empreendedorismo e outras medidas direcionadas à melhoria dos padrões e estilos de vida individuais em detrimento de iniciativas de redistribuição.

Os autores referenciam Foucault para contextualizar o surgimento do neoliberalismo no Norte Global, com o enfraquecimento do modelo de bem-estar social – que havia se fortalecido no período após a Segunda Guerra Mundial – e com o avanço da economia de estado, sob a justificativa de contrapor a tendência de planejamento estatal em modelos de governo fascistas e comunistas (MOORE *et al.*, 2011).

Marginson (2013) destaca que o discurso neoliberal manifesta-se de duas formas: em um primeiro nível, sob a lógica da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) e, em um segundo nível, operacionalizando o Modelo de Mercado Neoliberal (*Neo-liberal Market Model*). O Modelo de Mercado Neoliberal sustenta-se no ideal de privatização, de um mercado integral e é a estrutura ideológica que baliza as práticas da Nova Gestão Pública. Esta, por sua vez, consiste em um conjunto de práticas organizacionais importadas da iniciativa privada (o mercado) para a gestão pública (eficiência no uso de recursos, departamentalização, fragmentação do trabalho etc.), combinando-se com ações burocráticas que promovem a transparência e responsabilidade dos entes públicos.

Na educação superior, a Nova Gestão Pública manifesta-se na transformação das universidades como “quase-firmas”, na implementação da lógica de produção voltada a objetivos, na postura de liderança similar à de presidentes de empresas, na demanda por autoavaliação contínua, na avaliação de resultado econômico e no foco no cliente (MARGINSON, 2013). Apesar disso, para Marginson (2013, p. 353, tradução nossa), a privatização completa da educação superior encontra resistência em algumas características essenciais da educação, o que “sugere que a reforma [integral] do mercado é utópica, e o ideal abstrato é sustentado por razões políticas exógenas (por exemplo, redução fiscal, controle estatal, ordenação de conteúdos)”.

Com o neoliberalismo, o conjunto de recursos que financiam a educação é alterado, diminuindo-se os recursos públicos, muitas vezes sob a justificativa de crise fiscal. Essa justificativa fortalece o argumento em favor do uso ótimo dos recursos em cenários que promovam maior eficiência e qualidade dos serviços, criando um ambiente de competição por fontes alternativas de financiamento entre pesquisadores, instituições (MOORE *et al.*, 2011). O cenário de competição é ainda mais acirrado pela adoção de medidas de desregulamentação da educação superior, dentre elas, a contratação de trabalhadores de período parcial ou em regimes de trabalho temporários nas universidades (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Neste cenário, passa a se estabelecer – e a se fortalecer – a relação de colaboração entre empresas e Estado de modo que o Estado diminui seu foco no bem-estar social da população como um todo e direciona esforços para “capacitar indivíduos como atores econômicos” que podem, individualmente, promover seu próprio bem-estar. Para isso, os Estados neoliberais movem recursos de ações de promoção social para ações que estimulem as funções de produção (SLAUGHTER; RHOADES, 2004, p. 32, tradução nossa). Essa diminuição dos fluxos de recursos públicos afeta o financiamento da pesquisa universitária e fortalece o Capitalismo Acadêmico (MOORE *et al.*, 2011).

Outro fenômeno que favorece o desenvolvimento do capitalismo acadêmico é a globalização. Elemento central na atual fase neoliberal da economia (SLAUGHTER; RHOADES, 2004), a globalização é definida por Deem (2001, p. 7, tradução nossa) como o fenômeno de “disseminação global de produtos, serviços, práticas sociais e culturais em mercados globais por meio de companhias multinacionais e da Internet”. Desenvolve-se a partir dos mecanismos do neoliberalismo, como a liberalização e a desregulamentação de mercados, e se fortalece frente ao incentivo às parcerias entre o setor público e o privado, que se justificativa de modernizar o setor público tornando-o mais rápido e responsivo às necessidades da sociedade.

Em se tratando de política, Moore *et al.* (2001, p. 507, tradução nossa) aponta que a globalização se refere à intensificação do papel “de organizações internacionais governamentais e não-governamentais na organização do acesso a direitos, identidades e benefícios materiais”. No âmbito econômico, os autores indicam que a globalização se manifesta pelo fortalecimento do papel das “corporações multinacionais e no entrelaçamento das instituições financeiras em nível global”. Finalmente, no âmbito social, os autores pontuam as mudanças no volume e tipos de imigração e fluxos culturais como manifestações características da globalização (MOORE *et al.*, 2011).

Deem (2001) argumenta que falta convergência de evidências de que globalização impacta a dimensão local dos países por meio da diminuição de poder dos Estados Nacionais em lugar do fortalecimento de blocos transacionais como o G-20, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). O argumento de que tais organismos supranacionais seriam favorecidos pela desregulamentação da economia e das relações de trabalho necessita de mais base empírica para ser sustentado.

A autora faz referência à posição de Slaughter e Leslie de que o setor privado tem se articulado com Estados e organizações internacionais de comércio para possibilitar que empresas multinacionais dominem a economia global e se instaurem em países com menores salários e maiores estímulos à iniciativa privada. Prossegue, descrevendo que há relativa concordância entre diferentes autores de que a desregulamentação e a perda de poder pelos Estados-nação impactam significativamente a oferta de serviços públicos em geral, e a educação em específico. Isso acontece, basicamente, de duas formas: pela tendência a usar menos recursos públicos para os serviços públicos, e pela pressão para que instituições que recebem recursos públicos criem um mercado para seus serviços e adotem ações e valores do setor privado (DEEM, 2001).

Pesquisas sobre política educacional muitas vezes omitem o efeito da globalização, o que é perigoso, já que pode “refletir uma preocupação com a praticidade imediata e não com a teoria, algo típico de muitas análises de gestão escolar”. Essa articulação teórica é oportuna pois pode indicar “a existência de um conjunto multifacetado de mudanças nas instituições. Assim, na educação superior, isso pode se referir a mudanças nos regimes de financiamento, mudanças organizacionais e culturais, novas formas de oferta educacional através da internet ou a entrada de novos grupos de estudantes” (DEEM, 2001, p.p.10-11).

Para Slaughter e Leslie (1997), a globalização afeta a educação superior primeiramente com as tendências mundiais de contingenciamento de recursos para atividades discricionárias, com a priorização de áreas científicas mais técnicas e próximas ao mercado empresarial, com o estreitamento do relacionamento de empresas multinacionais e governos para o desenvolvimento técnico-científico e com o crescente foco de governos e multinacionais dos países do Norte Global nas estratégias de propriedade intelectual. Nos EUA, um efeito visível da globalização tem sido o recrutamento de estudantes estrangeiros (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

2.2.2 Manifestações do Capitalismo Acadêmico: legislação, diversificação, neo-gerencialismo e mercadorização

Neoliberalismo e globalização são fatores de nível mundial que influenciaram o surgimento e influenciam o desenvolvimento do Capitalismo Acadêmico. Este, por sua vez, instaura-se no nível nacional por meio de mudanças na legislação e de políticas públicas direcionadas à educação superior e à produção de conhecimento. A literatura seminal sobre Capitalismo Acadêmico elenca dispositivos legais, acordos e políticas dos EUA que permitiram o desenvolvimento do fenômeno em um contexto em que a universidade, apesar de pública, não é gratuita, como é o caso dos EUA. Dentre os dispositivos encontram-se políticas e normativas aplicadas ao financiamento estudantil, políticas de pesquisa, legislação sobre propriedade intelectual e competitividade, transferência de tecnologia, desregulamentação de setores específicos, como o de telecomunicações, além de tratados internacionais.

Dentre esses dispositivos Slaughter e Rhoades (2004) elencam:

- as políticas de financiamento da década de 1970 que deslocaram o destino do auxílio financeiro – antes, às instituições – para os estudantes no formato de *vouchers*, principalmente, com vistas a reverter a perda de espaço das instituições privadas vinham sofrendo sob o argumento de ampliação da liberdade de escolha dos estudantes;

- o *Higher Education Federal Act* (lei Federal de Educação Superior) que flexibilizava fiscalizações em instituições privadas com finalidade lucrativa e as privilegiava ao conceder crédito a estudantes;
- a Lei Bayh-Dole que operacionalizou a fase de mercantilização do conhecimento ao simplificar a participação das universidades no mercado, permitindo que essas instituições e pequenos negócios explorassem direitos de propriedade intelectual gerados por projetos financiados com verbas federais – os autores observam que o objetivo desta lei era estimular o desenvolvimento com fomento a pequenos negócios mas logo o benefício foi estendido a grandes empresas, como aconteceu com diversos outros normativos que beneficiaram grandes corporações dos EUA nos mercados globais em vez de beneficiarem universidades;
- o *Federal Technology Transfer Act* (1986) e a *Executive Order* 12591 (1987, p. 64, tradução nossa) que autorizaram laboratórios de pesquisa públicos trabalharem em parceria com empresas de biotecnologia, o que segundo as autoras, “promoveu uma privatização da pesquisa pública e criou regras e precedentes que as universidades seguiram”, dentre outros.

Tais mudanças na legislação favoreceram as instituições privadas – por se acreditar que os valores da educação privada eram mais adequados que os da educação pública – e contribuíram para maior mercadorização do ensino superior e para a promoção do Capitalismo Acadêmico, tornando as universidades como instituições de mercado (*marketers*) que vendem serviços, estilo de vida e status, e que desenvolvem conhecimento patenteável.

De modo geral, nossa análise do sistema estatal e das políticas institucionais demonstra que houve uma mudança de um regime de conhecimento / aprendizagem que coloca em primeiro plano o bem público para um que coloca em primeiro plano a utilidade comercial do conhecimento, que chamamos de regime de conhecimento / aprendizagem capitalista acadêmico (SLAUGHTER; RHOADES, 2004, p. 166, tradução nossa).

Nos EUA, as alternativas de financiamento como os *vouchers* empoderaram os estudantes a terem maior espectro de instituições à sua escolha para usarem os recursos disponibilizados pelo governo. Esse tipo de mecanismo fortalece a imagem do aluno como cliente, um consumidor que, se fidelizado, torna-se um doador no futuro, o que é importante para o modelo de negócios das universidades daquele país. Isso gerou competição entre as instituições pelos tipos dos alunos que queriam e a concorrência acabou por ser uma forma de mostrar valor da instituição e gerar mais disputa (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Como um mercado competitivo, o mercado da educação superior tende a privilegiar as classes média e média-alta, clientes que têm melhores condições de pagarem de volta o financiamento no futuro. Slaughter e Rhoades (2004), destacam que a existência de uma tendência de mercadorização impulsionada pelo neoliberalismo e globalização levou a uma maior diversificação das instituições de educação superior nos EUA (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Enquanto os alunos de classe média e alta se tornaram clientes preferenciais, estudantes de classe média baixa e adultos trabalhadores ingressaram em faculdades de dois anos, programas universitários de quatro anos com componentes substanciais de educação a distância e instituições de ensino superior com fins lucrativos. Dado que muitos não concluem programas universitários de dois anos, eles aprendem um pouco de habilidades através da educação *just-in-time* que os canaliza para empregos iniciantes na nova economia. Os adultos que trabalham em programas de quatro anos geralmente recebem diplomas universitários pelo que equivale a reciclagem ou desenvolvimento profissional, permitindo que eles aprimorem suas habilidades para melhor atender às necessidades das novas empresas da economia em que estão empregadas”. (SLAUGHTER; RHOADES, 2004, p. 56, tradução nossa).

Para operar sob a lógica de competição própria do mercado empresarial, as universidades passaram a adotar práticas próprias de empresas internamente, também, sob a forma o neo-gerencialismo (*neo-managerialism*).

O neo-gerencialismo é reflexo da chamada revolução gerencial dos anos 1980-1990 (SLAUGHTER; RHOADES, 2004), e consiste no emprego de valores, ferramentas e práticas do setor privado em instituições financiadas por recursos públicos, diante do desmonte ou reestruturação do estado de bem-estar social. Defensores dessas ações usam o argumento da eficiência e usam isso como argumento em favor da diversificação das organizações. A busca por novas fontes de financiamento tem sido o principal motivo para instituições que recebem recursos públicos adotarem o neo-gerencialismo (DEEM, 2001).

É como Deem (2001), citando Pritchard, interpreta o neo-gerencialismo: como uma forma de resposta ao crescente contingenciamento do financiamento público – resultado da submissão da política do ensino superior à política econômica promovida pelo neoliberalismo e citado por vários autores, como Renault (2006). A autora alerta que o neo-gerencialismo não se limita à busca pela eficiência para melhor uso dos recursos, como frequentemente sugere o discurso de seus entusiastas: o neo-gerencialismo congrega dos valores da ideologia neoliberal e tem diversas implicações, como o estímulo à variedade de formas organizacionais e à competição entre indivíduos, instituições e divisões organizacionais.

O neo-gerencialismo enfraquece o papel das instituições de educação superior, notado pela redução da autonomia, no grau de influência sobre o exercício da profissão, a intensificação do controle administrativo sobre o trabalho, atingindo até mesmo a produção intelectual

(SLAUGHTER; RHOADES, 2004). É um fenômeno menos amplo do que o Capitalismo Acadêmico pois aborda mudanças nas formas de trabalho de acadêmicos em geral e não apenas mudanças em práticas e estruturas organizacionais. A conexão entre os dois conceitos pode ser vista nas preocupações financeiras, mudanças sociais, competição por alunos e recursos. Deem (2001) afirma que os novos tipos de trabalho na academia trazidos pelo Capitalismo Acadêmico requerem maneiras novas de gerenciamento – facilitados pela lógica do neo-gerencialismo – e novas formas organização do trabalho, como exemplo os centros de pesquisa que desfrutam de alto grau de autonomia em relação à universidade a que estão vinculados.

2.2.3 Conseqüentes do Capitalismo Acadêmico: empreendedorismo acadêmico e neogerencialismo

Além de ser um fenômeno com múltiplos antecedentes – neoliberalismo, globalização, neo-gerencialismo –, o Capitalismo Acadêmico tem conseqüentes em diferentes níveis: global, regional, nacional, individual e organizacional. Deem (2001) ao analisar o empreendedorismo universitário e o Capitalismo Acadêmico como motores das mudanças nas universidades, conclui que a dimensão local impacta como as universidades reagem às forças globais pois as políticas locais influenciam o grau de impacto. Ylikoki (2003) tem visão semelhante, de que, apesar de o Capitalismo Acadêmico ser pervasivo, a intensidade e forma da manifestação depende da localidade (YLIJOKI, 2003).

Deem (2001) classifica o empreendedorismo acadêmico como um dos quatro grandes fatores de transformação das universidades – em conjunto com a globalização, a internacionalização e o neo-gerencialismo, já citados neste texto. Diferente dos demais que têm efeitos sobre outros serviços públicos, o empreendedorismo acadêmico é próprio do sistema de educação superior. No âmbito do empreendedorismo acadêmico, “[...] acadêmicos e administradores buscam explicitamente novas formas de angariar fundos do setor privado por meio de atividades empreendedoras, como consultorias e pesquisa aplicada” (DEEM, 2001, p.7, tradução nossa). É um tipo de empreendedorismo financiado pelo Estado (SLAUGHTER; LESLIE, 1997), já que as universidades recebem financiamento público.

O empreendedorismo acadêmico é um conceito baseado no modelo de universidades empreendedoras idealizado por Clark (1998), a partir de seu estudo sobre as transformações em universidades europeias durante os anos 1980 e início dos anos 1990. O autor classifica o atributo “empreendedor” como uma característica de todo o sistema social que compõe a universidade, contemplando sua estrutura interna (departamentos, centros de pesquisa) e os acadêmicos em si. Característica esta que representa a busca ativa e deliberada por inovar em

como a universidade conduz suas atividades, buscando mudar significativamente a característica organizacional para uma estrutura mais preparada para o futuro.

Essas transformações não são acidentais, incidentais ou isoladas, mas, sim, resultado de ações de indivíduos que compõem o sistema social das universidades e que se organizam coletivamente para a promoção da transformação. O caminho para a transformação por meio da ação empreendedora é, para Clark (1998), constituído por cinco dimensões fundamentais:

- Um núcleo sólido de condução da mudança (*strengthen steering core*), que dê a flexibilidade, foco na expansão e nas demandas necessários para desafiar a relativa imobilidade dessas instituições que muitas vezes não condizem com o ritmo acelerado de mudanças do mundo contemporâneo.
- Uma periferia expandida de desenvolvimento (*expanded developmental periphery*), que ultrapassa os limites tradicionais das universidades para conectar-se a organizações e instituições do mercado empresarial, encarregando-se por exemplo, da transferência de tecnologia, educação continuada, levantamento de fundos e parcerias em projetos interdisciplinares.
- Uma base diversificada de financiamento (*diversified funding base*), uma vez que a transformação requer recursos adicionais. As universidades estudadas então buscam financiamento em filantropia, governos locais, empresas e royalties resultantes de propriedade intelectual, taxas de matrícula, colaboração de ex-alunos, dentre outras.
- Um núcleo acadêmico estimulado (*stimulated academic heartland*), uma vez que a universidade segue construída sobre um núcleo tradicional, orientado para o *ethos* acadêmico e que pode configurar um fator crítico caso se oponha à transformação ou a ignore.
- Uma cultura empreendedora integrada, que similar à indústria de tecnologia, usa a mudança a seu favor. Os valores e crenças que formam essa cultura, voltada à experimentação, são a base para os demais elementos e devem, portanto, ser institucionais.

A universidade empreendedora seria, para Ezkowitz (2003), uma evolução da universidade de pesquisa, com missão e atuação alinhadas à sociedade do conhecimento. O autor emprega a analogia de “universidades como quase-firmas”. A analogia é também empregada por Cantwell (2005), tendo em vista que as universidades produzem conhecimento por meio da pesquisa, e, ao mesmo tempo, realizam a transferência de conhecimento – por meio de serviços públicos e de parcerias de transferência de tecnologia –, e trabalham o

desenvolvimento do capital humano – por meio das atividades de ensino –, sendo, portanto, análogas a firmas produtoras de uma cesta de produtos, como indústrias na economia do conhecimento.

Entretanto, Marginson (2013) observa que há limites a essa analogia (e à institucionalização da lógica de mercado capitalista na educação superior em termos mais amplos), pois, diferente das corporações capitalistas, que buscam acumular lucros a seus proprietários, as universidades buscam e investem recursos para obterem status e não apenas para fins econômicos. Essa busca por status incentiva a competição entre as universidades (e entre acadêmicos e estudantes) e estimula a produção acadêmica, gerando o campo e a microdinâmica da produção acadêmica que, para Cantwell (2015), contribui para o estabelecimento e manutenção do Capitalismo Acadêmico.

A crescente divisão do trabalho (característica das linhas de montagem de grandes indústrias) e a terceirização do trabalho nas universidades são exemplos que suportam visão da universidade como chão de fábrica proposta por Cantwell (2015). A fragmentação do trabalho acadêmico é mais evidente na educação online: currículo escritos por especialistas e executados por outros professores, surgimento de outras funções – mentores, conselheiros, consultores, designers instrucionais – e a transformação dos acadêmicos em produtores de conteúdo e juntando-se a outros especialistas em *webdesign* (SLAUGHTER; RHOADES, 2004). Essas mudanças organizacionais também foram influenciadas pelo fenômeno de massificação da educação superior no Norte Global e pelas novas formas de avaliação institucional (DEEM, 2001).

Sendo quase-firmas, especializadas na matéria-prima na sociedade da nova economia – o conhecimento –, as universidades tornaram-se agentes importantes no estabelecimento de relações no novo sistema capitalista, organizando-se como redes intermediárias para resolver problemas comunitários sem intervenção pública do Estado (ou seja, dispensando dispositivos legais), articulando-se com o setor privado, organizações sem fins lucrativos e setor público, resultando na redefinição dos limites entre público e privado. Isso é operacionalizado pela criação de organizações intersticiais dentro das universidades para atuar na interface com organizações externas para geração de novas receitas. São exemplos os escritórios de licenciamento de inovações, departamentos com especialistas em arrecadação de recursos; criação centros de resultados (em que se contabilizam não só custos, mas também receitas de atividades), dentre outras atividades fora do currículo educacional para ocupar nichos de mercado. São redes intermediárias que tentam resolver problemas comuns sem intervenção

pública (sem virar leis): setor privado, sem fins lucrativos e público, redefinindo os limites entre público e privado. (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Para Deem (2001), a ideologia do neo-gerencialismo e o desenvolvimento do capitalismo econômico por meio de incentivos econômicos (ou promessas de incentivos econômicos) (SLAUGHTER; RHOADES, 2004) leva líderes de centros de pesquisa a se preocuparem mais com desempenho econômico de seus centros de resultados em vez da liderança em pesquisa. Slaughter e Rhoades (2004, p. 77, tradução nossa) também identificam esse direcionamento de alguns professores para “... fora da órbita das associações de disciplinas aprendidas e para mais perto do setor econômico privado, onde eles funcionam como atores científicos / empresariais um tanto atomizados, com experiência altamente especializada e mercantilizável”.

Os valores neoliberais que sustentam o Capitalismo Acadêmico e a lógica do neo-gerencialismo criam a mentalidade de que o investimento em ciência deve ser direcionado a acadêmicos que se dediquem a pesquisas básicas que sejam o gérmen para descobertas científicas futuras e com potencial para serem convertidas em tecnologias, novos produtos e processos comercializáveis. Para Slaughter e Rhoades (2004), esse discurso neoliberal baseado na concepção Lockiana de contrato social a favor de pesquisas de impacto e fim social das universidades (desenvolvimento de capital humano), é despolitizado e favorece o financiamento a pesquisas com potencial comercial (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Assim, apesar de o Capitalismo Acadêmico ter se desenvolvido a partir de fenômenos globais como o neoliberalismo e a globalização, seus impactos podem variar de acordo com a área de conhecimento. Para Barnett (2000), por exemplo, a busca da universidade pela validação de seu papel impacta os critérios de validação do conhecimento por ela produzido fortalecendo os critérios de aplicabilidade e rentabilidade da produção do conhecimento. Assim, há dois tipos de epistemologia nas universidades – uma propositiva na forma e outra de caráter prático, com foco na resolução de problemas – áreas de conhecimento que tenham caráter mais prático e que despertem mais interesse das empresas – para produzir novos produtos e gerir os processos de forma mais eficiente – acabam sendo beneficiadas, como as engenharias e a administração.

Como a pesquisa aplicada é preferida em financiamentos, os pesquisadores começaram a preferi-las em vez das pesquisas básicas (YLIJOKI, 2003). Esse interesse científico direcionado e outros fenômenos como o aparecimento de universidades corporativas ameaçam os princípios da universidade tradicional – de não ter barreiras epistemológicas, de não ter barreiras físicas (ser aberta para todos) e de não ter barreiras de difusão do conhecimento

(conhecimento produzido deve ser universal e acessível). Nas universidades corporativas, há limites epistemológicos na medida em que se pesquisa aquilo que interessa à empresa; esse conhecimento é restrito e privado. O surgimento das universidades corporativas pressiona pela mudança epistemológica das universidades tradicionais, que passam a ser orientadas pela lógica fechada (BARNETT, 2000). O modo epistemológico focado na resolução de problemas é interdisciplinar, com disciplinas como ferramentas e desenvolvida em grupos.

Por diferentes caminhos, a globalização, o neoliberalismo, a internacionalização, e o neo-gerencialismo pressionam as universidades a adotarem novas práticas e desenvolverem uma diversidade organizacional que as habilitem a estabelecer redes de cooperação, articulação interdisciplinar, angariar recursos para manter sua missão institucional e fortalecer a legitimidade de seu papel. É um contexto em que os grupos de pesquisa, classificados por Cantwell (2015) como o chão de fábrica da sociedade do conhecimento, se fortalecem.

Brunner *et al.* (2021) defendem que a manifestação do Capitalismo Acadêmico varia de país para país e depende de três componentes do sistema de ensino superior: a estrutura de economia política, as características do campo organizacional universitário, e os tipos de governança dos sistemas. Costa e Goulart (2018) reforçam essa necessidade de estudar a manifestação do Capitalismo Acadêmico em localidades como o Brasil em que se manifesta o capitalismo dependente, que não se manifesta apenas nas questões econômicas “uma vez que as instituições sociais, culturais e políticas corroboram a dependência.” (FERNANDES apud COSTA; GOULART, 2018, p. 406).

3 CAPITALISMO ACADÊMICO NA AMÉRICA LATINA

Os resultados preliminares da revisão sistemática para identificação dos trabalhos seminais para caracterização do Capitalismo Acadêmico mostraram a concentração de publicações do Norte Global, seja como objeto de pesquisa, seja como afiliação dos autores. Como este trabalho busca utilizar o Capitalismo Acadêmico como arcabouço teórico de análise do cenário brasileiro, foram realizadas mais duas buscas, desta vez na base de dados Periódicos Capes: uma busca foi feita com as palavras-chave em Inglês (“*academic capitalism*”) e outra busca foi realizada com as palavras-chave em Português (“Capitalismo Acadêmico”).

3.1 Método

Novamente, os resultados da busca foram exportados em formato bibtex, entretanto os campos disponíveis para extração não são adequados ao uso do pacote bibliometrix utilizado na primeira fase da revisão sistemática.

Tabela 7 - Resultados da revisão de literatura de Capitalismo Acadêmico: pesquisas fora do Norte Global

Número da Busca	Base de dados	Filtros	n
1	Web of Science	Principal Coleção do Web of Science; Tópico: (“ <i>academic capitalism</i> ”) Tipos de documento: Artigos em periódicos científicos (<i>Article</i>) ou trabalhos de congressos (<i>conference papers</i>)	217
2	Scopus	Campos de busca: palavra-chave, resumo ou título Termo de busca: “ <i>academic capitalism</i> ” Tipo de documento: Artigos (“ar”) e trabalhos de congressos (“cp”)	227
3	Periodicos Capes	Título e assunto: “ <i>academic capitalism</i> ”; revisado por pares; excluídas resenhas	187
4		Título e assunto: “Capitalismo Acadêmico”; revisado por pares; excluídas resenhas	121
Subtotal			752
Duplicados			318
Rejeitados			93
Total			341

Fonte: Elaboração própria

Assim, os resultados das quatro sessões de busca foram organizados no software StArt⁴. O software auxiliou a identificar 316 trabalhos duplicados. Em seguida, títulos, resumos e palavras-chave foram analisados para excluir trabalhos não adequados aos objetivos da revisão sistemática, resultando em 93 exclusões:

- trabalhos sem resumo para análise (43 exclusões).

⁴ StArt, “State of the Art through Systematic Review” (Estado da Arte por meio de Revisão Sistemática, em tradução livre) é um software aberto, livre e gratuito desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos (LAPES-UFSCAR). Disponível em: http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool

- fora do tema (30 exclusões).
- trabalhos que não fossem artigos científicos (sete exclusões), como posters de congresso, registros em branco e relatórios técnicos.
- resenhas de livros (nove exclusões).
- trabalhos em idiomas que não Inglês, Português ou Espanhol (duas exclusões).
- trabalhos inacessíveis (duas exclusões).

Os 341 trabalhos que passaram pelo crivo dos ajustes iniciais da seleção, tiveram seus títulos e resumo analisados e foram aplicados os seguintes critérios de seleção:

- trabalhos com foco de análise em países da América Latina ou desenvolvidos por autores Latino-Americanos;
- trabalhos que explicitamente mencionassem a categoria “Capitalismo Acadêmico” e seus resumos.

Dos 35 artigos restantes, um foi eliminado da análise por indisponibilidade do texto (Arias, 2011), nove têm o Brasil como objeto de análise ou são de autores brasileiros, oito são referentes ao Chile ou têm autores chilenos, sete são referentes ao México ou têm autores mexicanos, seis são sobre a Colômbia ou foram desenvolvidos por autores colombianos, quatro analisam múltiplos países latino-americanos e um compara as parcerias público-privadas na Argentina e no Canadá. Os 34 artigos restantes foram lidos na íntegra e os resultados da sistematização da leitura são descritos a seguir.

3.2 Resultados

Para Dias e Serafim (2015, p. 339), a teoria do Capitalismo Acadêmico surge a partir do retrato feito por Slaughter e Leslie (1997) e Slaughter e Rhoades (2004) do processo “[...] de mercantilização da educação superior nos EUA, que foi aprofundado a partir de um contexto mais amplo de globalização econômica e financeira” institucionalizado nas universidades, por meio, por exemplo, da implementação de currículos bastante utilitaristas e fragmentados, e de mudanças organizacionais (departamentalização, aumento das estruturas administrativas). Dias e Serafim (2015) descrevem a visão dos precursores da teoria do Capitalismo Acadêmico de que as universidades têm papel ativo nessa postura pró-mercado e na definição da agenda que dinamiza o processo de mercantilização do conhecimento, estreitando os relacionamentos universidade-empresa visando à independência.

Plata, Rodriguez e Vega (2019, p. 281, tradução nossa) apresentam, por sua vez, uma conceituação crítica do Capitalismo Acadêmico como um fenômeno baseado na

[...] exploração intensiva de capital humano, formado por acadêmicos vinculados às universidades com potencial de fomentar conhecimento, capaz de atrair interesses de representantes do setor produtivo; o qual, por sua vez, através dos diferentes mecanismos pelos quais se pode acumular capital humano (educação formal, formação contínua, formação ocupacional) passa a desempenhar papel decisivo na estratégia de fomento da competitividade, tanto no âmbito macroeconômico dos países, como no âmbito microeconômico das empresas.

Brunner, Ganga-Contreras, e Rodríguez-Ponce (2018) também referenciam os acadêmicos das universidades ao conceituarem o Capitalismo Acadêmico como um fenômeno resultante das ações de professores – que agem para se integrarem na economia do conhecimento – e das ações de universidade – como organizações reguladas pelo Estado e pelo mercado, agem para manter a relevância de seu papel, atuação que acarreta em uma visão economicista da universidade (BRUNNER; GANGA-CONTRERAS; RODRÍGUEZ-PONCE, 2018). Nesses termos, sob a visão de Salazar (2018), o Capitalismo Acadêmico é a manifestação do ajuste neoliberal – que estende o interesse da produtividade econômica para serviços que antes eram considerados serviços sociais –, na educação superior.

A transformação universitária para a universidade empreendedora é, também, comumente associada à emergência de uma chamada “economia do conhecimento”, como em Brunner, Ganga-Contreras, e Rodríguez-Ponce (2018). Dias Sobrinho (2014) reconhece a existência de economias do conhecimento, seu caráter intrínseco no mundo contemporâneo e seu papel como raiz da globalização dos mercados. Para o autor, a economia do conhecimento preza por conhecimentos que sejam úteis e aplicáveis a organizações de mercado, conhecimentos estes relacionados com os avanços tecnológicos, que, por sua vez, são o motor do “capitalismo informacional [...] e do modelo do progresso vigente”. O autor reputa a transformação das universidades como o principal atributo da importância da economia do conhecimento para os países industrialmente avançados já que estes “dependem centralmente da produção científica e tecnológica” (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 648)

Sigahi e Saltorato (2018, p. 527) apoiam-se nos conceitos de “novo espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello (2009), a “sociedade em rede” de Castells (1999) e a “modernidade líquida” de Bauman (2001), para descrever um terceiro “espírito do capitalismo” que criou as condições que suscitarão a manifestação do Capitalismo Acadêmico no Brasil. Diferente da primeira fase (fins do século XIX) – com o burguês empreendedor como figura central –, e da segunda fase (1930-1960) – caracterizada pela figura central do diretor executivo de empresas e do estímulo à busca de crescimento e dominação das grandes companhias –, o terceiro espírito do capitalismo, manifesta-se a partir dos anos 1990, em um contexto

[...] múltiplo, complexo e rápido, e portanto, [...] ambíguo, vago e plástico, as novas palavras de ordem são criatividade, reatividade e flexibilidade. O novo ‘grande’ —

aquele que tem sucesso e/ou é admirado — deve ser capaz de trabalhar com os mais variados perfis de pessoas; mostra-se aberto e flexível sempre que necessário; e está permanentemente disposto a mudar de projeto e a adaptar-se a novas circunstâncias

Nessa visão, a economia atual, em que prepondera o liberalismo a escala global do sistema financeiro e dos investimentos, caracteriza-se pelos processos produtivos geograficamente descentralizados e flexíveis, pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, e pela “[...] desregulação das economias nacionais; e pela preeminência das agências financeiras multilaterais” e, ainda pelas “[...] interações, intensificadas de tal modo a abranger outros aspectos – culturais, políticos, sociais, dentre outros” (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017, p. 74).

Uma diferença importante nos artigos sobre Capitalismo Acadêmico na América Latina é a análise mais crítica dos efeitos do neoliberalismo, da globalização e do Capitalismo Acadêmico nos países de capitalismo dependente, como o destaque de Leher (2004, p.8) de que

[a] fragmentação das cadeias produtivas fragiliza intensamente os países fora do núcleo orgânico. Em caso de desacordo ou conflitos no âmbito nacional, não é difícil para o capital substituir um país (ou região) por outro em determinada etapa da produção. [...] [A] ideologia neoliberal sustenta a liberalização da economia dos países periféricos e semiperiféricos, exigindo proteção adicional por parte dos Estados [...] e, ao mesmo tempo, combatendo toda tentativa de desenvolvimento auto-sustentado, compreendido como populista e arcaico (LEHER, 2004, p. 81).

É possível depreender da literatura sobre o Capitalismo Acadêmico na América Latina que os efeitos do neoliberalismo na região – que é considerada periferia do capitalismo –, tem efeitos diferentes daqueles que se observam nos países do capitalismo central, onde surgiu a teoria do Capitalismo Acadêmico. Isso porque, como observa Dias e Serafim (2015, p. 338), o pensamento neoliberal, “passou a ser irradiado a partir dos países centrais” e impactaram os países da América Latina e outras localidades sob a forma de pressão para adotar o modelo anglo-saxão (SOMERS *et al.*, 2018).

Assim, a Doutrina Reagan nos EUA, e as políticas de Margareth Thatcher na Inglaterra, que, segundo Somers *et al.* (2018) eram ideologicamente orientadas para a promoção dos interesses de certas corporações privadas do Norte Global e de pequenos grupos de interesses e indivíduos, em detrimento do bem estar da sociedade em geral. Essas ideias que beneficiam os países do Norte Global, passaram a ser mais fortemente difundidas pelo mundo (STEPHENSON; ZANOTTI, 2019).

Em geral, as práticas do neoliberalismo apregoam o livre comércio, o livre fluxo financeiro e a redefinição da a privatização de empresas estatais, e a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade para que sejam criadas as condições favoráveis ao investimento privado, que seria o motor do desenvolvimento (DIAS; SERAFIM, 2015). Esses valores são

implementados por meio de ações de ajuste fiscal, de diminuição da intervenção estatal na iniciativa privada, de estímulo pela eficiência dos serviços. Para tanto, serviços de interesse público – como educação, saúde, transporte – deveriam ser ofertados por meio do mercado e regulados pela sua concorrência (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). No âmbito das universidades, a cartilha neoliberal inicialmente difundida preconizava o fim das taxas de matrícula, mensalidades (*tuition*) gratuitas, corte de financiamento e o argumento de que o Estado não deveria investir recursos públicos para financiar a curiosidade (referência à pesquisa básica e não-aplicada) (STEPHENSON; ZANOTTI, 2019).

A redução de financiamento e a maior responsabilização do indivíduo por seu próprio desenvolvimento leva a políticas financeiramente direcionadas à lógica de privatização. Essa centralidade do indivíduo como motor da economia global e neoliberal inviabiliza a criação de uma comunidade global já que a sociedade no capitalismo é organizada sob a forma de consumidores – e não cidadãos. Essa lógica traz, inclusive, enfraquecimento significativo da soberania dos Estados Nacionais na medida em que os países foram compelidos a adotar as reformas neoliberais para não serem sujeitos a sanções de organismos internacionais, o que teve impactos rigorosos para a América Latina (DE ALBUQUERQUE; DE OLIVEIRA, 2021). Assim, um traço do neoliberalismo destacado por De Albuquerque e De Oliveira (2021) é a participação de organismos supranacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) (DE ALBUQUERQUE; DE OLIVEIRA, 2021) na operacionalização da globalização neoliberal liderada pelos Estados Unidos.

Nesse cenário, uma das manifestações da globalização na educação superior dá-se por meio da oferta de ensino presencial ou a distância por meio “de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro” (AZEVEDO, 2015, p. 87). Ao privilegiar a lógica privada, a finalidade de lucro mina o potencial de solidariedade, coesão e integração que são características do potencial da educação (DE ALBUQUERQUE; DE OLIVEIRA, 2021), favorece a criação de oligopólios e propicia a expansão do imperialismo cultural dos países do capitalismo central que, “[...] sob a justificativa de promover uma suposta cultura universal ‘neutra’”, na verdade se configura como uma recolonização com apoio de organizações supranacionais (AZEVEDO, 2015, p. 88).

Stephenson e Zanotti (2019) citam um relatório do Banco Mundial de 1994 que avaliava que os investimentos em educação superior teriam menos retorno do que os investimentos no ensino básico. Dessa maneira, o relatório argumentava em favor da diminuição do financiamento mundial para a educação superior e sustentava que o acesso à educação superior

deveria ser restrito e apoiado por metodologias baseadas em custos. Tal posição foi reconsiderada a partir de 2000, baseada no argumento de que deveriam existir condições para que nações menos desenvolvidas pudessem desenvolver cidadãos preparados para a economia do conhecimento, promovendo, assim o desenvolvimento por meio do acesso a instituições de educação superior fortalecidas.

Essa mudança está alinhada também com a orientação da OCDE na América Latina, citada por Brunner, Ganga-Contreras e Rodríguez-Ponce (2018), sobre o papel da educação superior como uma força motora do desenvolvimento com o potencial de estimular a competitividade nacional na economia global e gerar benefícios sociais e individuais. As premissas para esta mudança de recomendações dos organismos internacionais eram de que as ditas nações “em desenvolvimento” seriam bem-sucedidas se reproduzissem o comportamento daquelas do capitalismo central. Para isso, considerava-se que formas válidas de conhecimento eram aquelas necessárias ao mercado de trabalho de determinado país, derivando-se da premissa de que “o conhecimento poderia ser mercantilizado e apenas os currículos que pudessem ser vistos como instrumentalmente servindo aos empregos atuais poderiam ser percebidos como legítimos” (STEPHENSON; ZANOTTI, 2019, p. 116, tradução nossa). Outra premissa do Banco Mundial, também considerada reducionista por Stephenson e Zanotti (2019) era a de que o mercado de trabalho teria como absorver toda a mão-de-obra formada, o que, com o tempo, não se mostrou verdadeiro.

A forte influência do Banco Mundial na América Latina também é destacada por Cristofolletti e Serafim (2017) que atribuem à instituição o papel de estímulo à inserção de conceitos de eficiência nas políticas de educação superior considerando que o financiamento educacional seria um investimento caro e, como tal, deveria ser tratado como exclusivo (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). No cenário da educação superior da América Latina, que, segundo Somers *et al.* (2018), foi idealizada para ser gratuita, pública e direcionada para o modelo de desenvolvimento econômico e social nacional, a universidade é pressionada a adotar o modelo anglo-saxão já que o modelo tradicional não é valorizado nas classificações internacionais (SOMERS *et al.*, 2018). A eficiência da educação superior para o Banco Mundial seria medida pela utilidade dos conhecimentos no mercado (MENDOZA, 2020).

Azevedo (2015) também destaca o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) na liberalização do comércio, fortalecendo a orientação pró-privatização da educação do Banco Mundial. Este papel é exemplificado na crítica de Leher (2004), que destaca dois acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) que ilustram esses impactos: Acordo Geral de Comércio de Serviços cujo ponto nodal é a indiferenciação entre público e privado e Acordo

de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), instrumento de que impactou as legislações nacionais de patentes em favor do capital já que, para o autor – citando Sevchenko (2001) e Duménil e Lévy (1996) –, a propriedade intelectual das inovações foi a alternativa encontrada para reverter a curva descendente de lucros da crise estrutural do capital.

Mas a promessa de desenvolvimento preconizada pelo neoliberalismo, pautada na premissa de excelência do setor privado, não se concretizou e trouxe efeitos negativos na América Latina. Dias e Serafim (2015) apoiam-se em Piketty (2014) para observarem a desaceleração do crescimento da economia global, o crescimento das taxas de desemprego, aumento das desigualdades e da concentração de renda com efeitos significativos na região. Dias Sobrinho (2014), por sua vez, destaca o caráter global das crises na economia globalizada, com a ressalva de que as diferenças regionais e as ações de repostas das diferentes nações influenciam a intensidade e a duração das crises nas diferentes localidades.

Outros efeitos negativos observados foram: o crescimento do endividamento estudantil e de suas famílias (NENNINGER *et al.*, 2018; STEPHENSON; ZANOTTI, 2019) por conta do afastamento do Estado (SOMERS *et al.*, 2018); o congelamento de investimentos em ciência e tecnologia como relatados por Nenninger *et al.* (2018) no México. Stephenson e Zanotti (2019) identificaram que não é possível seguir a cartilha neoliberal de desenvolvimento do capital humano baseado nas escolhas e investimentos individuais – modelo de divisão de custos tendo em vista o cenário de falta de recursos das comunidades de quem se planejava apoio às universidades, tornando a Rural Haitian University (RHU), dependente de doações internacionais (STEPHENSON; ZANOTTI, 2019).

Apesar dos efeitos particulares do neoliberalismo, da globalização e conseqüentemente, do Capitalismo Acadêmico na América Latina, o desenvolvimento da teoria do Capitalismo Acadêmico deu-se no mundo anglo-saxão, e não tem incorporado, de forma abrangente, a análise sistemática das variedades de Capitalismo Acadêmico fora dos países do capitalismo central (BRUNNER; GANGA-CONTRERAS; RODRÍGUEZ-PONCE, 2018). Brunner *et al.* (2019, p. 5, tradução nossa) notam uma hierarquização nas pesquisas e destaca que há um “polo conceitual hegemônico e um polo subordinado, de recepção e consumo de teorias e conceitos”, configurando-se como um etnocentrismo teórico ao se desenvolver a teoria com base apenas nos países do Norte Global (anglo-falantes e de alta renda). Esta posição está alinhada com a visão de De Albuquerque e De Oliveira (2021, p. 89), que, ao criticar a internacionalização da pesquisa em Comunicação, que “[...] assumiu o caráter de exportação global de modelos estadunidenses de pesquisa, de tal forma que a contribuição latino-americana foi simplesmente ignorada, riscada do mapa”, apontam o imperialismo acadêmico, como uma manifestação do

Capitalismo Acadêmico no próprio desenvolvimento da teoria (DE ALBUQUERQUE; DE OLIVEIRA, 2021).

A importância de olhar além do eixo do Norte Global mora na oportunidade de observar que os efeitos da intensificação da globalização a partir da década de 1990 e a difusão das políticas neoliberais criaram um sistema de Capitalismo Acadêmico global, com papéis diferentes para os países dependentes, materializando a relação de dependência no

[...] espaço universitário onde a economia do conhecimento de um certo grupo de países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão da economia do conhecimento de outros países dos quais, os primeiros se submetem e se subordinam, gerando uma situação de atraso (PLATA; RODRIGUEZ; VEGA, 2019, p. 282, tradução nossa).

Clinio (2019) e Somers *et al.* (2018), por exemplo, destacam que, a despeito de o Capitalismo Acadêmico ser um fenômeno estrutural e de nível global, sua manifestação específica na América Latina deve-se ao baixo número de parcerias entre as universidades e o setor privado, o que, de certa forma, preservaria o “o papel das universidades como ‘agente de mudança social’”, mesmo sob a pressão pelo atingimento dos objetivos promovidos pelo Capitalismo Acadêmico “[...] como aumentar a sua produtividade e a capacidade de inovação e excelência, visando a sua internacionalização e o bom posicionamento em rankings globais.”

Com isso, as variedades do Capitalismo Acadêmico manifestadas na América Latina têm características específicas, diferentes daquelas descritas nos artigos seminais. Isso porque ao tomarem os países da América Latina como objeto de análise é possível identificar variantes diferentes do Capitalismo Acadêmico uma vez que estas se manifestam da interação entre as forças globais do neoliberalismo, globalização com a estrutura do sistema de educação superior local. Esta, por sua vez, é resultado de transformações históricas e da relação entre forças da economia política (privatização, mercadorização, mercantilização, financeirização), da estrutura de governança resultante de políticas públicas e legislação dos governos locais e, finalmente, das ações organizacionais manifestadas nas universidades, como defendido por Brunner *et al.* (2020).

Brunner e colegas (2021) apontam que os trabalhos acadêmicos sobre Capitalismo Acadêmico na América Latina em geral não articulam a categoria “Capitalismo Acadêmico” de forma explícita, mas sim em seus diferentes componentes (2021). Adicionalmente, os autores defendem que a manifestação do Capitalismo Acadêmico varia de país para país e depende de três componentes do sistema de ensino superior: a estrutura de economia política, as características do campo organizacional universitário, e os tipos de governança dos sistemas como visto no quadro a seguir (2021, p. 16):

Tabela 8 - Manifestações do Capitalismo Acadêmico

Nível	Definição e característica no contexto de Capitalismo Acadêmico
Regime de economia política	Modo de organização da oferta e financiamento da ES (mercadorização, privatização, mercantilização, comercialização e financeirização)
Campo Organizacional da Educação superior	Dinâmicas de competência e coordenação entre as instituições de ES e seus processos de empresarialização e gerencialismo
Governança do sistema	Ideias paradigmáticas e instrumentos de política utilizados na condução das ES (coordenação mediante mercados)

Fonte: Brunner *et al.* (2021).

Essas categorias de análise são utilizadas nos tópicos a seguir para classificar os artigos selecionados na revisão sistemática e organizados no quadro visto no Apêndice. Essas categorias são, também, o fio condutor da organização das seções deste capítulo: para a categoria economia política serão discutidos os processos de privatização, mercadorização e mercantilização do ensino superior brasileiro; para a categoria governança serão apresentados o histórico e a estrutura da pós-graduação no Brasil; e finalmente, para a categoria de campo organizacional será feito o recorte dos grupos de pesquisa.

3.2.1 *Economia política: aspectos globais e desdobramentos na América Latina*

A categoria economia política proposta por Brunner *et al.* (2021) diz respeito ao modo como a oferta da educação superior é operacionalizada, ou seja: quais instituições podem oferecer educação superior, como a educação superior é financiada, e as políticas que impactam a integração e coordenação dos sistemas de Educação Superior, bem como a interação entre as diferentes instituições e o governo. São os elementos que condicionam o campo organizacional da Educação superior de baixo para cima por meio da relação entre Estado e mercado, o grau de centralização das decisões e os processos de mercadização, privatização, mercantilização e financeirização.

Para Leher (2004), a lógica neoliberal é pautada no ideal de transformar tudo em mercado, baseando-se na premissa de que o setor privado é melhor do que o público em termos de eficiência e eficácia. (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Para o autor, a ideia é que

excetuando o poder de regular, legislar e policiar, todo o restante pode ser objeto de PPP. Assim, a educação, a pesquisa C&T [Ciência e Tecnologia], o meio ambiente e a saúde, por exemplo, poderão ser objeto dessas parcerias. Dessa forma, caberão ao setor privado as decisões sobre investimentos governamentais: as resoluções de investimentos ficarão por conta dos investidores privados que os selecionarão de acordo com os seus critérios de poder de mercado e de maximização de lucros. Evidentemente, nesse escopo não cabem políticas públicas universalizantes. A focalização de nichos de mercado provavelmente será a regra. Se houver financiamento público, setores mais pobres podem ser alcançados com políticas assistenciais, nos termos das políticas de “alívio à pobreza” do Banco Mundial;

se houver possibilidade de explorar tarifas e taxas, certamente os setores mais favorecidos serão alcançados por essas parcerias (LEHER, 2004, p. 872)

Nesse sentido, mercadização diz respeito ao grau de exposição e permeabilidade das instituições de educação superior aos valores de mercado como resultado do fortalecimento do neoliberalismo em nível global (DIAS; SERAFIM, 2015). Uma das manifestações da mercadização é o grau de autonomia institucional que as diferentes instituições de ensino superior podem ter no sentido de criar e fechar vagas e distribuir recursos (BRUNNER *et al.*, 2021). A legitimação do mercado na América Latina também pode ser vista na exigência de certificações, publicações e práticas e controles dos acadêmicos, bem como na fragmentação da instituição universitária que gera competição (NARVÁEZ, 2008).

A privatização, por sua vez, está relacionada ao grau de participação do setor privado na oferta de vagas em instituições da educação superior (ou seja, número de vagas em instituições privadas com ou sem fim lucrativo) e no financiamento da educação superior (financiamento estudantil, contribuições de outras entidades) (BRUNNER *et al.*, 2021). Mendoza (2020) relata o grande número de instituições privadas no Chile e no Peru, incluindo instituições com finalidade lucrativa. O trabalho de Stepheson e Zanotti (2019) abordam a participação de capital estrangeiro de Organizações Não-Governamentais na provisão de serviços públicos no Haiti em geral e da educação superior social em específico, com destaque para a criação da Universidade Rural do Haiti (Rural Haiti University – RHU): criada com o objetivo de descentralizar o desenvolvimento de capital social para o interior do país, a RHU foi criada por um empreendedor social que desenvolveu um modelo de compartilhamento de custos baseado na premissa de sustentabilidade institucional autônoma e apoio comunitário, devido à indisponibilidade de recursos públicos, modelo que não se sustentou ao longo dos anos e criou uma relação de dependência da RHU às doações e ao financiamento estrangeiro.

Comercialização está fortemente relacionada ao que se chama de mercantilização ou comoditização, o enfoque da produção docente como mercadoria e contempla as ações geradoras de receita, ou seja, venda de outros produtos e serviços da atividade acadêmica além do ensino regular de graduação: a oferta não-gratuita de mestrados profissionais, pós-graduação e capacitações corporativas; a venda de produtos e serviços de pesquisas, a produção de patentes, consultoria acadêmica e transferência de tecnologia; a exploração de inovações. Engloba, ainda a criação de empresas *spin-off*, ações de difusão cultural e esportes: atividades também classificadas como empreendedorismo acadêmico em si (BRUNNER *et al.*, 2021).

Brunner *et al.* (2021), destaca, entretanto que o conceito de geração de propriedade intelectual geralmente articulado com a ideia de comercialização não se aplica à realidade das

universidades latino-americanas já que só uma parcela pequena das instituições de ensino superior exploram patentes e outros tipos de produção intelectual (BRUNNER *et al.*, 2021).

Finalmente, a financeirização resulta das universidades passarem a funcionar como “quase-empresas”, atuando no mercado financeiro para securitizar recebíveis, capturar empréstimos, operar contratos de leasing e negociar ações em bolsa de valores (BRUNNER *et al.*, 2021).

3.2.2 Governança do sistema de educação superior na América Latina

A categoria governança proposta por Brunner *et al.* (2021) diz respeito à forma pela qual um governo é exercido visando ao desenvolvimento econômico, político e social o que requer a coordenação entre os grupos de interesses que competem e cooperam entre si com o objetivo de influenciar os processos decisórios do campo. É modificada de acordo com a cultura em que está inserida, sendo a governança europeia diferente da latino-americana e a governança da década de 1980 diferente da governança dos dias atuais. Segundo Brunner, Ganga-Contreras e Rodríguez-Ponce (2018) há, portanto diferentes tipos de governança que podem ser representados segundo o grau de participação a autoridade do Estado, da academia (instituições e acadêmicos) e do mercado, propostos no modelo teórico do Triângulo de Coordenação de Clark⁵ (Clark, 1998), podendo variar entre modelos centrados no Estado, de autorregulação institucional, orientados para o mercado e inclusive com ações de desprivatização em países do leste europeu (BRUNNER; GANGA-CONTRERAS; RODRÍGUEZ-PONCE, 2018).

A governança reúne o conjunto de políticas que desenham a estrutura do campo organizacional, principalmente as políticas neoliberais. Corresponde, portanto, aos marcos legais, aos tipos de instituições atuantes no sistema de educação superior, às modalidades de atribuição de recursos públicos e ao papel que o Estado desempenha neste cenário (BRUNNER; GANGA-CONTRERAS; RODRÍGUEZ-PONCE, 2018).

O Estado, não é substituído integralmente, mas tem seu papel ressignificado, podendo atuar como provedor, como avaliador, como regulador, supervisor, orientador ou acelerador de mercado. Dentre esses papéis, Leher (2004) aponta que o Estado, por vezes, é compelido a garantir que os negócios no novo cenário da economia do conhecimento aconteçam, regulando

⁵ O modelo do Triângulo de Coordenação de Clark é “[...] um modelo de análise organizacional de instituições e sistemas de educação superior” pautado na análise da influência de “[...] como diferentes grupos de interesse tanto de dentro quanto de fora da Universidade, moldam e subvertem a gestão da mudança” (BRENNAN, 2010). Mercado, Autoridade do Estado e Oligarquia Acadêmica e as tensões entre si formam um triângulo dentro do qual são categorizados sistemas em termos da influência de cada um desses polos e das tensões entre eles (SLAUGHTER; RHOADES, 2004). O Triângulo da Coordenação de Clark pode ser visto no Anexo 1

as relações por meio de assegurar as políticas de proteção à propriedade intelectual, por exemplo. Assim, como sustenta Lander (2008), o papel concreto de regulador está cada vez mais frágil na medida em que as instâncias de regulação estão cada vez mais próximas da representação das grandes corporações do que do interesse público. E, no Brasil, o interesse do capital estrangeiro é na produção primária (agronegócio) e nas finanças, não no desenvolvimento de novas tecnologias nacionais. Navárez (2008) comenta que tal submissão dos Estados Nacionais ao liberalismo impacta a autonomia universitária em direção a uma heteronomia de alinhamento a interesses privados e de mercado.

Azevedo (2015) destaca a participação do Estado no financiamento de instituições particulares por meio da concessão de bolsas e empréstimos, configurando um regime de Capitalismo Acadêmico livre de riscos para as instituições particulares. Na mesma direção, Clinio (2019, p. 10), referencia o conceito de “economia do patrocínio”, proposto por David (2008) ao descrever que a combinação do Capitalismo Acadêmico, o contingenciamento de recursos públicos para a educação pública estimulam os agentes para reorganizar “instituições, normas, incentivos e estruturas com as quais organizam atividades de ensino e pesquisa”, ou seja, a governança do sistema, para transformar os resultados da produção acadêmica em mercadorias aceitas na nova economia. Para Navarez (2008), referenciando Pedroza (2006), no papel de avaliador proposto pelo neoliberalismo, o Estado garante a eficácia na academia e, em paralelo, a privatização viabiliza que o sistema de educação acompanhe a evolução dos mercados.

Entretanto, com o aumento da internacionalização, da lógica da competição, do ideal neoliberal de racionalização e eficiência de serviços em adição ao contingenciamento de recursos, nota-se a incapacidade do Estado de financiar os custos para a manutenção de qualidade da educação superior. Assim, a exemplo do que Plata, Rodriguez e Vega (2019) descrevem em seu estudo de caso na Colômbia, o Estado passa a desregular o setor para permitir sua exploração comercial, apoiando-se em políticas autorregulação de oferta e demanda (contingenciamento de recursos, de apoio à oferta, crédito à demanda etc.) e de outras políticas para organização e gerenciamento das instituições. Exemplos são os processos de avaliação e acreditação⁶ de instituições e programas existentes na Colômbia (PLATA; RODRIGUEZ; VEGA, 2019), mas também observados no Brasil (DIAS SOBRINHO, 2010),

⁶Segundo a Red Iberoamericana para el Aseguramiento de la Calidad en la Educación Superior (RIACES), é o “[p]rocesso para garantir a qualidade de uma instituição ou programa educacional [...] por uma agência externa às instituições de ensino superior. A acreditação -ou certificação- reconhece a qualidade dos programas ou da instituição acreditada.”. Disponível em: <http://riaces.org/glosario/>. Acesso em 27.dez.2022.

já que as políticas públicas de asseguramento da qualidade e de acreditação são, para as autoras, manifestações do Capitalismo Acadêmico nos países latino-americanos.

Houve dificuldades de implementação dos mecanismos de controle na Colômbia (PLATA; RODRIGUEZ; VEGA, 2019) e o processo de acreditação privada no Chile e Peru também não foi bem-sucedido, tendo acarretado episódios de corrupção por meio da cobrança pelos selos de acreditação (MENDOZA, 2020).

Esse processo de desregulamentação, acreditação e avaliação pelo Estado impulsionou o crescimento do sistema de educação superior na América Latina, com pouca organização ou articulação do governo, afetando os estudantes em termos de mobilidade (MENDOZA, 2020), equidade no acesso à educação de qualidade (PLATA; RODRIGUEZ; VEGA, 2019), e endividamento estudantil e de suas famílias (STEPHENSON; ZANOTTI, 2019).

A “falência do Estado-Providência” (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004, p. 998), termo adotado por Schugurensky e Naidorf (2004) para descrever o enfraquecimento do Estado (DIAS SOBRINHO, 2014) sua perda de autonomia e enfraquecimento de seus controles (MENDOZA, 2020) e a ressignificação de seu papel abre espaço para o avanço da dominação da economia neoliberal global “sobre a política, a cultura e a sociedade nacionais e determina os modelos e papéis da educação e do conhecimento em função do aumento da capacidade dos países e dos indivíduos para a competitividade e a inserção transnacional.” (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 645). É este um dos pontos sobre os quais Leher (2004) problematiza o discurso de que a educação possibilitaria inserir os países da periferia do capitalismo no mundo globalizado caso as decisões e ações fossem direcionadas à revolução técnico-científica, destacando a importância de tomar em conta o papel da educação na agenda das classes dominantes: seria a educação, de fato, “a nova riqueza das nações ou essa proposição faz parte de um processo de mercantilização e de ideologização da educação?” (LEHER, 2004, p. 870).

Embora o trabalho de Montes e Mendoza (2018) seja um estudo de caso sobre a realidade da Colômbia, as autoras apresentam diversas mudanças na governança dos diferentes sistemas de educação superior na América Latina, observando que apesar de raízes comuns, as mudanças na governança não são homogêneas entre os países, a depender dos níveis de abertura e resistência. A Colômbia, por exemplo, se classificaria em intermediário entre o Chile (em que se observou uma abertura aos mercados com maior intensidade) e Argentina (em que se observaram maiores resistências a esta abertura (MONTES; MENDOZA, 2018), tendo como exemplo o texto da Constituição de 1991 que de um lado afirmava o Estado Social de Direito e, de outro, criava condições institucionais para o avanço neoliberal.

Há que se observar, entretanto, que apesar do maior grau de abertura no Chile descrito pelas autoras, as discussões sobre o modelo da educação superior chilena se intensificaram a partir de 2011 com maior atuação do movimento estudantil em defesa fim do lucro na provisão de serviços de educação superior e em favor da educação de qualidade (AHUMADA, 2013). Montes e Mendoza (2018) destacam o papel da comunidade científica como importantes atores de resistência à mudanças na governança em favor da mercantilização da ciência e da privatização da educação, como o movimento estudantil e as revistas científicas locais.

3.2.3 O campo organizacional: mudanças na estrutura, na cultura e no trabalho

O campo organizacional é formado por forças, conflitos, relações de dominação e cooperação desempenhados pelas instituições que fazem parte deste campo em relações que ocorrem segundo as regras desse campo. No modelo proposto por Brunner *et al.* (2021), o campo organizacional em que as instituições de educação superior se desenvolvem é condicionado pelas forças da economia política e pela governança do sistema.

Isso está alinhado com a visão da Teoria do Capitalismo Acadêmico que, apoiando-se na Teoria da Dependência de Recursos propõe que as instituições da educação superior adotam comportamentos para reagir às pressões por obter fontes de financiamento (SLAUGHTER; LESLIE, 1997). Assim, em resposta à lógica privatista e ao estímulo à produção de conhecimento que seja aplicável (o chamado Modo 2 de produção de conhecimento proposto por Gibbons), as instituições de educação superior passam a orientar seus quadros em ações direcionadas ao empreendedorismo, ao gerencialismo e a práticas de empresas em geral.

A literatura trata essa tendência sob os conceitos de “universidades como organizações” (MARTINS, 2008), “universidades como quase-firmas” (MARGINSON, 2013), “universidade operacional” (SIGAHI; SALTORATO, 2018), em que se desenvolve a cultura empreendedora (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). O traço comum entre essas manifestações é a intensificação da racionalização das organizações (AHUMADA, 2013) que se manifesta tanto na organização interna sob uma lógica gerencial (CARABALLO, 2019) – voltada para controle, produtividade, qualidade e eficiência – quanto para a atuação das universidades no mercado, orientada para a criação de novos produtos e serviços atrativos ao mercado e novas fontes de receita (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017; CARABALLO, 2019).

Quanto à organização interna, a literatura aborda a manifestação do neo-gerencialismo, nova gestão pública (*New Public Management* – NPM), um fenômeno que abrange todo o setor público e engloba a implementação de práticas e da lógica de gestão organizacional em

substituição à lógica de administração de políticas públicas na administração pública. (CARABALLO, 2019; CISTERNAS *et al.*, 2019; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017; FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015; NARVÁEZ, 2008; PLATA; RODRIGUEZ; VEGA, 2019; SALAZAR, 2018).

Os desdobramentos dessa visão na realidade da universidade na América Latina dão-se pelo maior poder atribuído aos cargos gerenciais administrativos do que aos acadêmicos, pela introdução de modelos, ferramentas, práticas e tecnologias próprias do neoliberalismo com vistas a tornar as universidades mais eficientes e eficazes, como nas empresas privadas buscando otimização de desempenho (BRUNNER *et al.*, 2021; CISTERNAS *et al.*, 2019).

Dentre essas práticas estão a prestação de contas e transparência, a terceirização, a adoção dos princípios de qualidade total, avaliação externa apoiada em medidas de eficiência, produtividade e desempenho, (SALAZAR, 2018) desburocratização em prol da agilidade (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015; SALAZAR, 2018) flexibilidade organizacional, inovação, governança e sustentabilidade, avaliações de custo versus benefício, avaliação de pessoal baseado em competências e produtividade, aluno considerado como cliente (CARABALLO, 2019) e mudanças nos currículos para anteder às necessidades de empregabilidade desses clientes e do mercado (CARABALLO, 2019), relegando a pesquisa básica a segundo plano – já que esta não atende às necessidades do mercado – diversificação das atividades dos acadêmicos em atividades administrativas, contábeis, de liderança e empreendedoras (NARVÁEZ, 2008). Para Fardella, Sisto e Jiménez (2015), o conjunto de ferramentas e princípios da nova gestão pública concretiza o ideal de um Estado neoliberal, injetando o espírito empresarial privado. Cisternas *et al.* (2019, p. 80, tradução nossa), por sua vez, consideram que essas tecnologias de gestão são “centrais para o funcionamento da ciência neoliberal, pois permitem a instalação de uma cultura baseada no controle remoto, na auditoria e, ao mesmo tempo, legitimam um modelo de governança meritocrático de aparente probidade”

Sob a lógica da inovação dos produtos oferecidos pelas universidades, Somers *et al.* (2018) dão destaque para o emprego de tecnologias da informação e comunicação em novos serviços como os MOOCs (*Massive Open Online Courses*) cursos online classificados como massivos e abertos por estarem disponíveis a qualquer tempo e em qualquer localidade, exemplificando o que Salazar (2018) descreve como uma das estratégias em que instituições e docentes se enveredam para diversificar suas fontes de recursos: o aparecimento de universidades a distância que

[...] respondem pela ampliação da oferta transfronteiriça de ensino superior, como mercadoria homogênea e realocada que vem sendo agregada aos setores prioritários dos acordos multilaterais para a liberalização do comércio de serviços no marco

regulatório da Organização Mundial do Comércio, ou tem sido gradativamente incorporado como um bem comercializável em muitos dos acordos intergovernamentais de livre comércio assinados pela região com os países desenvolvidos (SALAZAR, 2018, p. 203, tradução nossa).

Os MOOCs são classificados como um tipo de inovação disruptiva, termo cunhado por Clayton Christensen para designar a transformação de produtos e serviços complexos e caros em produtos e serviços simples e baratos para novos tipos de consumidores (SOMERS *et al.*, 2018). Estão relacionados tanto com o avanço do emprego das TIC na educação superior quanto à flexibilização dos currículos denunciada por Leher (2004, p. 881) como uma ação para “assegurar a aquisição de competências imediatamente comercializáveis no mercado”. Narváez (2008, p. 391, tradução nossa) critica a abordagem reducionista de defensores da implantação de tecnologias da informação e comunicação educacionais como inovação pedagógica, pois não o são, são apenas ferramentas já que “não produzem e não podem produzir pedagogia por si mesmas [...] são um meio mas não um fim pedagógico”.

Outra manifestação da inserção da lógica privada na educação superior é o empreendedorismo acadêmico, baseado no modelo de Clark (1998). Uma parte importante do modelo de Clark é a existência de uma nova área de atuação fora do núcleo central das atividades de educação superior que busca conectar-se a organizações e instituições do mercado empresarial, por meio de parcerias em transferência de tecnologia, oferta de serviços de educação continuada, com vistas a obter novas fontes de receita e desenvolver parcerias em projetos interdisciplinares.

A relação universidade empresa é antiga e remete ao modelo de três câmaras, de Comte, de 1890, em que os alunos se dividiam entre sala e fábricas, com currículos adaptados às necessidades das empresas (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Baseia-se na crença de que o privado é superior ao público –, mas se fortalece com esse contexto de “assimilação dos princípios de mercado e pela necessidade, dadas as mudanças no papel do Estado, de diversificar suas relações com o mundo externo” (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017, p. 75).

Cristofolletti e Serafim (2017, p. 77) fazem menção ao modelo de Hélice-Tripla de Etzkowitz e Leydersdoff⁷ para descrever a visão positiva da relação entre universidade-empresa, em que

[...] a universidade se constitui em ator importante [...] para dotar a economia – e as empresas – de capacidade de inovação e competição, através de: recursos humanos adaptados e adequados à nova economia; estratégias e mecanismos de cooperação para assegurar a transferência de tecnologia entre as partes, dada a capacidade em C&T[Ciência e Tecnologia] da universidade; engajamento, da própria universidade, na diversificação da captação de recursos através de redes de cooperação e acordos

⁷ Vide nota 1

com empresas. Dentro dessa perspectiva, a universidade realizaria seu papel social em capacitar a economia local e nacional de subsídios importantes ao desenvolvimento econômico. Por fim, o próprio engajamento da universidade nesse cenário e toda a mudança na cultura organizacional em prol de valores empreendedores e competitivos vislumbra a necessidade de transformar a universidade tradicional em uma universidade empreendedora.

Sob a ótica crítica, Dias Sobrinho (2014, p. 644) pontua que "Estados nacionais debilitados e interdependentes estabelecem relações simbióticas com poderosos atores transnacionais. Esse é o quadro de sustentação em que transita a internacionalização do capital."

Dias e Serafim (2015) elencam o inovacionismo, manifestado sob a forma do conceito de sistema nacional de inovação idealizado em 1970 por Freeman, como outra manifestação do neoliberalismo bastante relacionado com as mudanças na educação superior. Sustentado na ideia de "inovação por si só" e pautou mudanças na governança no Brasil sob a forma de criação de regulamentação, disposições sobre fontes de financiamento e organizações institucionais e diferentes dispositivos de relacionamento entre universidades e empresas (DIAS; SERAFIM, 2015).

No contexto da universidade empreendedora, entretanto, prevalece o conceito schumpeteriano de inovação, que é uma invenção aplicada. Nessa visão, inovação torna-se um conceito-chave nas políticas públicas para o desenvolvimento que só é capaz de ser viabilizada na parceria com o setor privado (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). Assim, a partir dos anos 1980 intensificaram-se as iniciativas de transferência de tecnologia da universidade para a iniciativa privada e a venda dos resultados de pesquisa para a indústria por meio de patentes, licenciamento, instrumentos de cooperação industrial gerenciados por organizações intersticiais como escritórios especializados criados nas universidades (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Leher (2004) analisa que o direcionamento da demanda por inovação para as universidades em vez de concentrá-las nas empresas multinacionais explica-se pelo fato de que

empresas instaladas no país capitalista dependente não são, nem poderiam ser, intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A condição capitalista dependente tem como consequência uma pequena demanda de cientistas e engenheiros, por isso as universidades não ocupam um lugar estratégico na agenda das coalizões dominantes. A adequação tecnológica, por ser episódica e de baixo perfil, acaba sendo indevidamente desviada para as universidades que, desse modo, têm suas funções ressignificadas, entrando no circuito do capital de forma imediata e pontual, impedindo tanto a autonomia em P&D como a expansão e melhoria das universidades públicas (LEHER, 2004, p. 882).

Cristofolletti e Serafim identificam uma corrente de trabalhos na literatura com visão positiva da relação universidade-empresa, tendo em vista que a função da universidade é vinculada à relação da colaboração com o setor produtivo e a universidade é tida como

propulsora do desenvolvimento econômico, sendo a ciência, a tecnologia e a inovação forças produtivas na era da informação (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017).

Por outro lado, Schugurensky e Naidorf (2004) comentam o relacionamento entre empresa e escola e o impacto no ethos acadêmico: as empresas disponibilizam recursos financeiros à universidade para influenciarem e exclusividade sobre invenções passíveis de registro de patentes resultado de pesquisas em laboratórios.

Esse movimento de iterações múltiplas para estar próximo à prática mostrou-se mais intenso nos EUA, onde as universidades buscam as empresas por financiamento (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Tomando as universidades em específico, embora universidades dos EUA e da América Latina estejam sob pressões semelhantes os efeitos são diferentes na América Latina pois a relação universidade-empresa não é a mesma dos EUA: as oportunidades de conexão com empresas na América Latina são menos frequentes do que nos Estados Unidos. Além disso, há que se considerar a dependência da trajetória: universidade na América Latina foi criada e desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970 para serem gratuitas, autogovernadas, sustentadas por orçamento público e com autonomia sobre pesquisas (SOMERS *et al.*, 2018). Assim, Cristofolletti e Serafim (2017) concluem que o modelo de hélice tripla⁸ não funciona na América Latina por conta das configurações do capitalismo periférico (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017).

Assim, a despeito das mudanças na universidade e do maior foco na pesquisa aplicada, a produção de inovação continua concentrada nas empresas e não nas universidades, reflexo da vocação da universidade que limita a expansão da lógica capitalista (LEHER, 2004). São tensões de mudanças no ethos de universalidade do conhecimento: ao mesmo tempo em que a universidade luta para manter sua relevância na sociedade do conhecimento e a produzir conhecimento universal, tem-se o engajamento de professores em projetos com instituições privadas devem manter sigilo, privatizando conhecimento financiado por recursos públicos (LEHER, 2004).

Como resultado dessas tensões, muitos centros de excelência em pesquisa tiveram seu financiamento reduzido ou mudaram seu foco de pesquisa básica para pesquisa aplicada com vistas a atrair maiores oportunidades de financiamento (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Esse redirecionamento da ciência para pesquisa aplicada em conjunto com o neogerencialismo, cria tensões no ethos da universidade de conduzir pesquisas desvinculadas

⁸ Vide nota 1

de interesses econômicos ou em atendimento a demandas sociais e influencia as transformações na cultura acadêmica (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004).

Por cultura acadêmica adota-se a definição proposta por Schugurensky e Naidorf (2004, p. 998) como o conjunto de “discursos, representações, motivações, normas éticas, concepções, visões, e práticas institucionais dos atores universitários” inclusive a ideia que os acadêmicos fazem sobre seu trabalho e sobre a tríplice função da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Nesse sentido, os autores descrevem o surgimento de uma nova cultura acadêmica como reação das universidades a pressões externas, passando a atuar mais como negócios prestadores de serviços de educação e geradores de produtos intensivos em conhecimento do que como instituições essencialmente comprometidas com a educação e a ciência. Na Argentina, por exemplo, mudanças importantes na cultura com o novo direcionamento para o mercado afetou todas as áreas de conhecimento, mas foi mais destacado em áreas aplicadas como engenharias e ciências da natureza (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004)

Em face dessas mudanças, a universidade vai renunciando a sua autonomia (DIAS SOBRINHO, 2014), a exemplo do que Narváez (2008, p. 389, tradução nossa) descreve sobre a universidade mexicana que, pela lei, desfruta de autonomia, mas na realidade a autonomia é, de fato “[...] uma autonomia interposta pelos interesses das oligarquias nacionais associadas ao grande capital monopolista. Esses interesses não permitem que a universidade seja verdadeiramente autônoma.” Ou seja, sob a influência do Capitalismo Acadêmico, a universidade torna-se uma instituição que vende produtos, estabelecida em processos administrativos e orientada a valores de mercado (AHUMADA, 2013), orientada para a competição e pautada na cultura do desempenho para atrair fontes alternativas de recursos por meio de atividades geradoras de receita (SIGAHI; SALTORATO, 2018), afastando-se de seu lugar de crítica e de reflexão autônoma (AHUMADA, 2013) e não submetida a pressões políticas, sociais e econômicas (MENDOZA, 2020).

Sigahi e Saltorato (2018, p. 74, tradução nossa) apoiam-se em Sguissardi (2005), Meek (2002), Lêda e Mancebo (2009) e Chauí (2004) para contrastar a autonomia universitária (autonomia sobre suas normas, sobre a definição da relação com a sociedade e o Estado, para definir os critérios acadêmicos etc.) com a autonomia organizacional: uma “autonomia para livremente conformar-se”, para definir por quais meios atingirão as metas estabelecidas fora da universidade. O conflito na autonomia também é observado por Leher (2004) que aponta que a

[...] orientação colide não só com o preceito constitucional da autonomia didático-científica das universidades, como agride os princípios constitucionais de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes. O cerceamento da liberdade de produção de conhecimento é magnificado pelas radicais transformações da política de financiamento de C&T. Com a inovação tecnológica, a universidade

deixa de ser o espaço público de produção de conhecimento. Todo o exercício da crítica terá de ser um gesto de rebeldia intelectual" (LEHER, 2004, p. 886).

Quando se transforma em provedora de serviços, a universidade se equipara com indústrias que vendem produtos padronizados e produzidos de forma segmentada, e para serem aceitas como relevantes, passam a se orientar para padrões de qualidade, eficiência, flexibilização (SIGAHI; SALTORATO, 2018). Assim, o ethos acadêmico de ação de formação e de produção de conhecimento é redirecionado para o que pode ser comercializado a estudantes e ao mercado em geral e que sejam aceitáveis pelos sistemas de classificação e diferentes mensurações externas (CISTERNAS *et al.*, 2019). O reconhecimento das publicações e grupos de pesquisa para sucesso na captura de fontes de financiamento também é indicado por Montes e Mendoza (MONTES; MENDOZA, 2018). Dias e Serafim (2015) relacionam essa ideia de avaliação contínua e foco nas publicações com a institucionalização do neogerencialismo. (DIAS; SERAFIM, 2015) e mais do que a função informativa das medições, também demonstram o que é mensurável e promovem a separação e hierarquização entre trabalhos acadêmicos produtivos e não produtivos (CISTERNAS *et al.*, 2019).

Entretanto, o modelo de rankings usualmente desenhado por instituições dos Estados Unidos, baseado em citações, beneficia a produção acadêmica dos países centrais em detrimento da produção de países da periferia do capitalismo como América Latina (DE ALBUQUERQUE; DE OLIVEIRA, 2021). Clinio (2019, p. 10) afirma que

[...] a busca de validação externa induz as instituições latino-americanas a adotarem uma "internacionalização" direcionada aos imperativos europeus e norte-americanos e a sistemas de avaliação "objetivos" que, paradoxalmente, são opacos e orientados para o mercado. Somados, esses fatores fomentam comportamentos instrumentais que reforçam a homogeneidade dos participantes da atividade de pesquisa na medida que tais critérios os distanciam das questões relevantes ao seu entorno e de referências locais

Como consequência dessa mudança do ethos acadêmicos, se observa, entre outras coisas, o produtivismo acadêmico, um foco exacerbado na produtividade e a implantação da busca pela eficiência na pesquisa universitária (DIAS; SERAFIM, 2015)

3.2.4 O impacto do Capitalismo Acadêmico nos indivíduos

É possível identificar na literatura um outro nível de análise dos impactos do Capitalismo Acadêmico: o nível individual, dos membros acadêmicos, como se observa no trabalho de Somers *et al.* (2018). A começar pelo impacto dos sistemas de avaliação, passando pela lógica do produtivismo e a busca por reputação derivadas desse sistema, pelo aumento das atividades administrativas e novas formas de trabalho, o Capitalismo Acadêmico interage com

e impacta a satisfação, a subjetividade e a identidade dos trabalhadores acadêmicos, promovendo a alienação do trabalho e gerando também resistências a esses mecanismos.

Diversos são os autores que exploram os impactos em nível individual dos diversos mecanismos do Capitalismo Acadêmico. Cisternas *et al.* (2019), por exemplo, analisam que as mensurações impactam a vida e a individualidade dos acadêmicos por três diferentes categorias de causas: por representarem os trabalhadores de maneira numérica, por servirem como forma de registro, monitoramento e autogestão do trabalhador acadêmico e, ainda como norteadores enquanto padrão a ser atingido, servindo como elemento organizador que permite classificar aquilo que é trabalho produtivo do que não é produtivo. Salazar (2018) pondera que os professores esforçam-se para elevar a instituição aos padrões de qualidades internacionais. Para tanto, buscam capacitar-se (SALAZAR, 2018), com vistas, também a manterem-se ativos (MORENO, 2019), manter a empregabilidade e envolver-se em projetos consecutivos que se mostrem bem-sucedidos em termos de custo versus benefício (SIGAHI; SALTORATO, 2018). Isso é especialmente importante em um contexto em que o número de pesquisadores cresce, como no caso do México citado por Moreno (MORENO, 2019) e ou em casos em que o salário dos professores é atrelado a publicações, também observado no México desde 1994 relatado por Nenninger *et al.* (2018)

O mecanismo de ranqueamento internacional de publicações e de avaliação externa contribui para a reconhecimento social dos pesquisadores e professores (MORENO, 2019). Universidades de ponta buscam profissionais com de prestígio – da mesma forma em que recruta estudantes de prestígio – como forma de arrecadar mais recursos (SOMERS *et al.*, 2018). Somers *et al.* (2018) descrevem universidades que se orientam basicamente em se classificarem positivamente nesses rankings internacionais, entretanto, com orçamentos menores do que universidades tradicionalmente orientadas para pesquisa, acarretando cobrança sobre a produção dos pesquisadores e aumento de sua carga laboral, com pouco suporte de infraestrutura. Como resultado, instaura-se a seleção de docentes com base em produtividade, docentes como trabalhadores flexíveis, relegando à atividade docência a segundo plano porque não impacta significativamente a mensuração (SIGAHI; SALTORATO, 2018).

Esse mecanismo estimula o comportamento individualista em que os acadêmicos acabam optando por atividades com potencial de promovê-los e deem mais liberdade para atuação individual do que atividades de interações sociais com alunos por exemplo ou atividades que tenham impacto social (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015). Dessa forma, a atividade de docência é muitas vezes relegada a um segundo plano por ela não ter impacto significativo na mensuração (MORENO, 2019; SIGAHI; SALTORATO, 2018). Também

facilita a manifestação de mecanismos de poder (MORENO, 2019) e hierarquizações por tipo de contrato, produção e reputação (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015) estimulado por um sistema meritocrático de disputa por verbas (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020).

Moreno (2019) identifica, na atuação do CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia), um organismo do governo federal do México para promoção e estímulo à ciência, um meio pelo qual o Estado mexicano direcionava os caminhos da geração de conhecimento de forma que a competitividade e o reconhecimento da reputação suplantaram a busca pelo conhecimento por essência bem como a solução de problemas societais, concluindo que “os pesquisadores se orientam a servir ao algoritmo mais do que a sociedade em si” (MORENO, 2019, p. 87, tradução nossa). Sigahi e Saltorato (2018) comentam que os acadêmicos procuram se manter sempre engajados em projetos, pesquisas orientadas para a publicação e em busca de parcerias para estabelecer redes e superarem a competição do campo acadêmico, independentemente de tal atividade trazer prazer ou não.

Essa pressão por manter-se relevante por estímulo ao produtivismo em conjunto com outras mudanças organizacionais na universidade como o aumento da proporção de cargos administrativos sobre os cargos acadêmicos nas universidades, aumento das horas de trabalho (CARABALLO, 2019), a proliferação de outros profissionais na universidade que não professores (SOMERS *et al.*, 2018), as más condições de trabalho de pesquisa, o controle administrativo do trabalho (MORENO, 2019), dentre outras, trazem sobrecarga, estresse e incerteza aos trabalhadores acadêmicos (AHUMADA, 2013). No caso do Chile, por exemplo, a existência de contratos de trabalho flexíveis, de período parcial, de prazo determinado e subcontratações fizeram diminuir as condições de trabalho decente na academia (AHUMADA, 2013), tendo sido observadas por Fardella, Sisto e Jimenez (2015) a auto intensificação do trabalho mesmo sob condições precárias (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015).

Condições como estas são observadas em toda a América Latina, tendo se observado que se instaurou uma exploração dos acadêmicos que se comprometem com pautas neoliberais em vez de uma educação democrática (NARVÁEZ, 2008), configurando a universidade como um espaço de alta complexidade, contradição, resistência e dinâmicas de autonomia e autodefinição (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015).

Nesse contexto a satisfação com o trabalho é impactada uma vez que o nível de satisfação depende tanto do quão compatível o indivíduo é com sua área de atuação ou com o grau de conhecimento da área, quanto das condições de trabalho a que estão sujeitas (CARABALLO, 2019). Caraballo (2016) identificou, em sua pesquisa com acadêmicos em instituições de ensino superior privadas e públicas na Colômbia, que a percepção da

precarização e sobrecarga do trabalho acadêmico são fonte de insatisfação, mal-estar, estresse. A autora identifica uma tensão entre o sentido profissional e este novo cenário organizacional já que o estudo confirma que as condições de trabalho influenciam a subjetividade dos indivíduos em termos do significado da profissão para eles.

Por um lado, a subjetividade comprometida com a autonomia, espírito empreendedor e perfil multitarefas é essencial para a institucionalização da Nova Gestão Pública (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015). Fardella, Sisto e Jiménez (2015) identificam que o comprometimento com o impacto social, o trabalho por vocação, com afeto envolvido, a autonomia, o orgulho acadêmico e a paixão pelo trabalho em conjunto com a busca pela reputação acadêmica – obtida pelas publicações de impacto – acaba gerando uma cumplicidade silenciosa com o novo regime. Assim, “um trabalho de amor e paixão operam como eixos que permitem organizar, ordenar e narrar a identidade profissional ao mesmo tempo que seleciona e destina atividades demandadas pela Nova Gestão Pública” (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015, p. 1633, tradução nossa).

Por outro lado, a subjetividade é posta à prova na medida em que os acadêmicos acabam aprendendo a lidar com a descontinuidade, a tolerar o ambiente de incerteza, a saber conviver com o risco de término e sujeitarem-se a avaliação de forma contínua. Sua percepção de tempo é afetada, não conseguem estruturar sua vida pessoal, e passam a só existir e não viver de fato, frente à sensação de descontinuidade trazida pelos novos tipos de contrato. A exigência por qualificações diferentes para assumir diferentes matérias (especialização flexível) e auto exploração para subir na carreira altamente hierarquizada no novo modelo universitário trazem a sensação de inutilidade frente à oferta global da força de trabalho e transnacionalização das universidades (AHUMADA, 2013).

Essas pressões crescentes ressignificam o trabalho dos acadêmicos (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020) gerando a falta de sentido do trabalho (AHUMADA, 2013), e impactando a identidade dos acadêmicos, já que os novos arranjos institucionais, os novos ideais da profissão configuram padrões de identificação com os quais os acadêmicos são compelidos a se identificar (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015). Nas palavras de Allendes (2020) sobre a realidade do Chile, aos trabalhadores acadêmicos é imposto um habitus (em termos de Bourdieu) altamente individualista, competitivo, multidisciplinar que favorece a uma alienação do trabalho intelectual. O autor aponta a existência de um proletariado intelectual nômade que é

[c]omposto por acadêmicos, investigadores e intelectuais de todo tipo, [e] é objeto da dialética da saturação e deslocamento própria do movimento do capital. Sua composição interna evidencia sinais de estratificação de acordo com as condições de

(re)produção de seus membros. Por exemplo, aqueles sobressalentes (ou que mobilizam maiores recursos) são absorvidos por centros dotados de privilegiadas fontes de financiamento. Por outro lado, aqueles medianamente qualificados (ou em processo de qualificação) ficam sujeitos às flutuações dinâmicas dos mercados intelectuais. Em suma, seu comportamento se assemelha a um exército intelectual de reserva, vendo gradualmente pauperizadas – ou proletarizadas – as suas condições de reprodução (ALLENDES, 2020, p. 2955 tradução nossa)

Há relatos de resistências e busca da autonomia e apoio a identidades acadêmicas alternativas à lógica do neogerencialismo, que está, entretanto, institucionalizado nas identidades acadêmicas recentes (FARDELLA; SISTO; JIMÉNEZ, 2015). Somers *et al.* (2018) cita a universidade pública, federal e gratuita como resistência ao capitalismo global de alta escala, enfrentando o setor privado que cobra taxas de mensalidade, oferece empregos precarizados e que tendem a priorizar o lucro em detrimento das pessoas. A recomendação dos autores é que os acadêmicos brasileiros continuem resistindo aos impactos nocivos do Capitalismo Acadêmico e adaptem os efeitos positivos para manter a tradição universitária de autonomia necessária para atender à sociedade. Um dos efeitos positivos identificados por Medoza (MENDOZA, 2020) na percepção dos acadêmicos entrevistados no México, Argentina e Uruguai é o aumento de investimento do Estado em algumas áreas de conhecimento. Cistofolletti e Serafim (2017) identificam na literatura corrente de pesquisas que sustentam uma visão positiva do estreitamento das relações universidade-empresa na medida em que a universidade atua como propulsora do desenvolvimento econômico sendo a ciência, a tecnologia e a inovação, forças produtivas na era da informação.

Neste cenário, se fortalecem as formações de redes de transferência de tecnologia (LOPEZ-LEYA; MUGARAY- MOCTEZUMA, 2015) e os grupos de pesquisa, se fortalecem como o cerne da geração de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico do país (MONTES; MENDOZA, 2018). Os grupos de pesquisa são núcleos formados por pesquisadores, professores e alunos voltados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, geralmente ligados às instituições de ensino superior, em especial, aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (CUNHA, 2008, p. 123). Orientados à execução da vocação de produção de conhecimento científico das universidades, os grupos de pesquisa são um meio para formação de pesquisadores, para formação de redes acadêmicas e para viabilização da pesquisa – um empreendimento coletivo, contínuo e multidisciplinar (CUNHA, 2008).

Dentro do Capitalismo Acadêmico são as chamadas instituições intersticiais e organizações de intermediação que buscam estabelecer parcerias com o setor privado para arrecadação de fontes alternativas de receita.

O que acontece é que, sob um regime de Capitalismo Acadêmico, áreas com pesquisas pragmáticas são preferidas de parcerias com empresas – até mesmo multinacionais, favorecendo muitas vezes uma abordagem imperialista (DIAS; SERAFIM, 2015) –, contrariando o *ethos* acadêmico (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004). Assim, tem-se buscado contratar profissionais com potencial para desenvolver inovações passíveis de geração de receita sob a forma de patentes e direitos de propriedade, gerando uma hierarquização entre áreas de conhecimento (DIAS; SERAFIM, 2015) e restringindo o acesso à ciência a grupos privilegiados (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). Outro efeito negativo é a institucionalização do conceito de universidade operacional com múltiplas micro-organizações que acabam por submeter docentes e discentes às exigências externas ao trabalho intelectual (SIGAHI; SALTORATO, 2018).

Os grupos de pesquisa têm o potencial de auxiliar no aperfeiçoamento da formação de pesquisadores na medida em que se constituem como ambiente para que professores doutores trabalhem suas pesquisas de forma contínua e em rede. Os grupos de pesquisa têm, portanto, um papel fundamental na pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, voltada para a formação de pesquisadores e manutenção da pesquisa e produção de conhecimento do país (SAVIANI, 2019). Diante do contingenciamento do financiamento das universidades, há grupos de pesquisa que têm se guiado à lógica de mercado, direcionando suas pesquisas para áreas com maior interesse econômico, e, portanto, maior potencial de captação de recursos em editais de financiamento (YLIJOKI, 2003). É um traço do Capitalismo Acadêmico que apresenta contradição ao *ethos* original da universidade, como produtora e difusora de conhecimento livre (RENAULT, 2006).

Entretanto, a análise da expansão dos grupos de pesquisa em específico sob a ótica do Capitalismo Acadêmico não foi encontrada nesta revisão de literatura, tampouco a motivação individual dos pesquisadores para a criação em manutenção desses grupos. No caso do Brasil nota-se uma expansão significativa desde o início dos anos 1990 (MOCELIN, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo caracterizar o conceito de Capitalismo Acadêmico com base nos artigos seminais da teoria e analisar as manifestações do fenômeno na América Latina por meio da análise da literatura regional sobre o tema. Dessa forma é possível concluir que os objetivos do trabalho foram atingidos.

Como relevado pela revisão sistemática, a teoria do Capitalismo Acadêmico contempla o fenômeno que reúne as ações que as universidades e os acadêmicos tomam para responder à crescente pressão neoliberal por redução nos gastos públicos, implantação de medidas de eficiência nos serviços sociais e estímulo ao livre comércio e à iniciativa privada. Este trabalho organizou os principais conceitos da literatura seminal – focada na realidade dos países do Norte Global, onde a teoria foi desenvolvida – entre antecedentes – o neoliberalismo, a globalização e internacionalização – as manifestações do Capitalismo Acadêmico em si – as mudanças na legislação para favorecer a mercadização e a concorrência no mercado da educação superior – e os consequentes – a instauração do neo-gerencialismo nas universidades e o surgimento do empreendedorismo acadêmico. Esses fatores em conjunto, direcionaram a transformação da universidade em direção da concepção da universidade empreendedora, adaptada às necessidades da economia do conhecimento.

Já os resultados da revisão da literatura sobre Capitalismo Acadêmico na América Latina foram organizados segundo as categorias propostas por Brunner *et al.* (2021) como fatores estruturantes do sistema de educação superior de cada localidade – economia política, governança do sistema e campo organizacional –, que, portanto, influenciam os impactos do Capitalismo Acadêmico, gerando variedades do fenômeno de acordo com a região. Ao organizar o conteúdo dos artigos levantados na revisão sistemática foi possível identificar que, de fato, os impactos do Capitalismo Acadêmico diferem daqueles das nações do capitalismo central – por conta da estrutura do sistema de educação superior, resultado de aspectos históricos econômicos e políticos de cada nação que, em geral, tiveram o desenvolvimento de sua educação superior de forma tardia, passou por rupturas institucionais e tiveram a o processo de redemocratização acompanhado da pauta neoliberal. Foi possível notar, também, que a literatura regional tem apontamentos mais críticos do que os artigos seminais.

A partir dos artigos da literatura latino-americana, este trabalho conclui por propor uma dimensão adicional ao quadro conceitual de Brunner *et al.* (2021) que são os impactos e ações em nível individual, dos acadêmicos que têm sua identidade e o significado que veem no trabalho acadêmico impactados pelo Capitalismo Acadêmico. Dentre as formas de reagirem as

pressões e manterem-se ativos, os acadêmicos engajam-se em redes como no caso dos grupos de pesquisa, sendo o exame da expansão dos grupos de pesquisa como reação dos acadêmicos às pressões do Capitalismo Acadêmico, uma recomendação para estudos futuros.

Adicionalmente, a revisão do conceito do Capitalismo Acadêmico, suas raízes, valores e consequências pode auxiliar a comunidade universitária a conscientizar-se sobre os impactos do fenômeno para que tomem decisões informadas para suas ações de resistência e reivindicação de sua identidade profissional.

5 REFERÊNCIAS

AHUMADA, C. A. V. Capitalismo y subjetividad laboral. El discurso del malestar docente. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 59, p. 1–53, 2013.

ALLENDES, J. V. Apuntes sobre interdisciplina y capitalismo académico Notes on interdiscipline and academic capitalism. **Izquierdas**, v. 49, p. 2945–2964, 2020.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C.. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.

AZEVEDO, M. L. N. DE. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 1, n. 1, p. 86–102, 2015.

BRENNAN, J. Burton Clark's the Higher Education System: Academic organization in cross-national perspective. **London Review of education**, 2010. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document_file/6e2ea229-39f7-4901-ae69-a53d2927588a/ScienceOpen/s4.pdf. Acesso em 27.dez.2022.

BALDAM, R. **Science Mapping (Bibliometria) with R Studio, Bibliometrix and international indexes**. Ufes: Vitória, 2020. Disponível em: <http://cope.ufes.br>. Acesso em 10.jun.2020

BARNETT, R. University knowledge in an age of supercomplexity. **Higher Education**, v. 40, n. 4, p. 409–422, 2000.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. **Da universidade a commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

BRUNNER, J. J. *et al.* Circulación y recepción de la teoría del “capitalismo académico” en América Latina. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 79, 2019 (a).

BRUNNER, J. J. *et al.* Teoría del capitalismo académico en los estudios de educación superior. **Revista electrónica de investigación educativa**, v. 21, 2019 (b).

BRUNNER, J. J.; REJAS, L. M. P.; VARGAS, J. R. L. Capitalismo académico: distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno. **Bordón: Revista de pedagogía**, v. 72, n. 3, p. 25-44, 2020.

BRUNNER, J. J. *et al.* Varieties of academic capitalism: A conceptual framework of analysis. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 1–32, 2021.

BRUNNER, J. J.; GANGA-CONTRERAS, F.; RODRÍGUEZ-PONCE, E. Gobernanza del capitalismo académico: Aproximaciones desde Chile. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 23, n. 1 Special, p. 11–35, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 19 abr. 2019.

CANTWELL, B. Laboratory management, academic production, and the building blocks of academic capitalism. **Higher Education**, v. 70, n. 3, p. 487–502, 2015.

CAPES (2019). **Aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação**. Acesso em 1.mar.2020 . Disponível em: http://capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019_Esclarecimentos_Qualis2.pdf?fbclid=IwAR3pPlbyguROJujg3ATC-VASRs1_2-WJOxOIkZFZR-hUCTtRwzhRZ3kwddc.

CAI, Y., ETZKOWITZ, H. (2020). CAI, Yuzhuo; ETZKOWITZ, Henry. Theorizing the Triple Helix model: Past, present, and future. **Triple Helix**, v. 7, n. 2-3, p. 189-226, 2020. Disponível em: https://brill.com/view/journals/thj/7/2-3/article-p189_4.xml. Acesso em 27. dez. 2022.

CARABALLO, M. P. R. Significado del trabajo y sentido de la profesión en la academia en Colombia. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, v. 16, n. 2, p. 427-435, 2016.

CARABALLO, M. P. R. Working conditions and the meaning of the academic profession in Colombian university professors. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 22, n. 2, p. 280–291, 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, p. 5-15, 2003.

CISTERNAS, C. F. *et al.* El académico cuantificado. La gestión performativa a través de los instrumentos de medición en la ciencia. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 77–103, 2019.

CLARK, Burton R. **Creating entrepreneurial universities: organizational pathways of transformation**. **Issues in Higher Education**. New York: Elsevier Science Regional Sales, 1998.

CLINIO, A. Ciência Aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformacao**, v. 31, 2019.

COSTA, C. F. DA; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 396–409, 2018.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. A relação universidade-empresa sob diferentes abordagens: da universidade empreendedora ao capitalismo acadêmico. **Educação**, v. 40, n. 1, p. 73–82, 2017.

CUNHA, M. I. DA. Redes acadêmicas: o sentido da partilha na construção do conhecimento. In: BROILO, C. L.; CUNHA, M. I. DA (Eds.). . **Pedagogia universitária e produção de conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CUNHA, M. I. DA. A indissociabilidade do ensino com a pesquisa e a extensão como referente da qualidade na universidade brasileira: um discurso em tensão. In: **Qualidade da Graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012. CARABALLO, M. P. R. Significado del Trabajo y sentido de la profesión en la Academia en Colombia. **Tesis-teca**, v. 16, n. 2, p. 427–435, 2016.

DE ALBUQUERQUE, A.; DE OLIVEIRA, T. Pensando o Recolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina. **Comunicacao Midia e Consumo**, v. 18, n. 51, p. 82–102, 2021.

DEEM, R. Globalisation, New Managerialism, Academic Capitalism and Entrepreneurialism in Universities: is the local dimension still important? **Comparative education**, v. 37, n. 1, p. 7-20, 2001.

DIAS, R.; SERAFIM, M. Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 2, p. 335–351, 2015.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da Educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, v. 15, n. 1, p. 195–224, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 643–662, 2014.

ETZKOWITZ, H. Research groups as “quasi-firms”: The invention of the entrepreneurial university. **Research Policy**, v. 32, n. 1, p. 109–121, 2003.

FARDELLA, C.; SISTO, V.; JIMÉNEZ, F. Nosotros los académicos. Narrativas identitarias y autodefinición en la universidad actual. **Universitas Psychologica**, v. 14, n. 5, p. 1625–1636, 2015.

GARRIDO, JUAN; ESPINOSA, Juan Felipe; UNDURRAGA, Tomás. La autonomía de la producción de conocimiento como política de la universidad. **Atenea (Concepción)**, n. 522, p. 83-100, 2020.

HINDE, S.; SPACKMAN, E. Bidirectional Citation Searching to Completion: An Exploration of Literature Searching Methods. **PharmacoEconomics**, v. 33, n. 1, p. 5–11, 2015.

LANDER, E. **La ciencia neoliberal**. Tabula Rasa, n. 9, p. 247-284, 2008.

LEHER, R. Para silenciar os campi. **Educacao e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 867–891, 2004.

LOPEZ-LEYA, S.; MUGARAY- MOCTEZUMA, A. B. Políticas para el impulso de la economía del conocimiento en el estado de Sinaloa, México. **Ra Ximhai: Revista de Paz, Interculturalidad y Democracia**, v. 11, n. 3, p. 1–18, 2015.

MARGINSON, S; RHOADES, G. Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic. **Higher education**, v. 43, n. 3, p. 281-309, 2002.

MARGINSON, S. The impossibility of capitalist markets in higher education. **Journal of Education Policy**, v. 28, n. 3, p. 353–370, 2013.

MARTINS, A. L. DE M. A Marcha do 'Capitalismo Universitário" no Brasil dos anos 1990. **Avaliação**, v. 13, n. 3, p. 733–743, 2008.

MENDOZA, P. Academic capitalism and doctoral student socialization: A case study. **Journal of Higher Education**, v. 78, n. 1, p. 71–96, 2007.

MENDOZA, P. Autonomy and weak governments: challenges to university quality in Latin America. **Higher Education**, v. 80, n. 4, p. 719–737, 2020.

MOCELIN, D. G. Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 6, n. 11, p. 35–64, 2009.

MONTES, I. C.; MENDOZA, P. Docencia e Investigación en Colombia desde la Perspectiva del Capitalismo Académic. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 40, 2018.

MOORE, K. *et al.* Science and neoliberal globalization: A political sociological approach. **Theory and Society**, v. 40, n. 5, p. 505–532, 2011.

MORENO, J. A. J. El Sistema Nacional de Investigadores en México como mecanismo meritocrático de un Estado Evaluador. **Reflexión Política**, v. 21, n. 41, p. 81–90, 2019.

NARVÁEZ, C. E. M. Autonomía Estatal Y Universitaria, Mercantilización Del Conocimiento Y Educación En El Neoliberalismo. **Foro Universitario**, v. 12, n. 41, p. 387–395, 2008.

NENNINGER, E. H. E. *et al.* Moving from international rankings to Mexican higher education's real progress: A critical perspective. **Cogent Education**, v. 5, n. 1, p. 1–14, 2018.

PARÉ, G. *et al.* Contextualizing the twin concepts of systematicity and transparency in information systems literature reviews. **European Journal of Information Systems**, v. 25, n. 6, p. 493–508, 2016.

PLATA, L. A. M.; RODRIGUEZ, L. H. R.; VEGA, D. F. M. Políticas Públicas Educativas y aseguramiento de la calidad en la Educación Superior. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, v. 21, n. 32, p. 273–290, 2019.

OURIQUES, N. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. RAMPINELLI, WJ; OURIQUES, N. **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**, v. 2, p. 73-107, 2011.

RENAULT, C. S. Academic capitalism and university incentives for faculty entrepreneurship. **Journal of Technology Transfer**, v. 31, n. 2, p. 227–239, 2006.

ROWE, F. What literature review is not: Diversity, boundaries and recommendations. **European Journal of Information Systems**, v. 23, n. 3, p. 241–255, 2014.

ROVAI, A.P.; DOWNEY, J. R. Why some distance education programs fail while others succeed in a global environment. **The Internet and Higher Education**, v. 13, n. 3, p. 141-147, 2010.

SALAZAR, O. C. Los nuevos modelos de gestión en las universidades y en el trabajo docente en Colombia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. esp1, p. 193–208, 2018.

SAVIANI, D. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**, v. 2, p. 135-163, 2002.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 743-760, 2013.

SAVIANI, D. **A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação**, 2019. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-3.html>>

SCHUGURENSKY, D.; NAIDORF, J. Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 997–1022, 2004.

SIGAHÍ, T. F. A. C.; SALTORATO, P. A Emergência da universidade operacional: redes, liquidez e capitalismo acadêmico. **Educação e Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 522–546, 2018.

SILVA JÚNIOR, J. DOS R. S.; FARGONI, E. H. E. Future-Se: O Ultimato Na Universidade Estatal Brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 1–17, 2020.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic Capitalism: politics, policies and entrepreneurial university**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. Expanding and Elaborating the Concept of Academic Capitalism. **Organization**, v. 8, n. 2, p. 154–161, 2001. 5

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic Capitalism and the new economy: markets, state, and higher education**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

SOMERS, P. *et al.* Academic capitalism and the entrepreneurial university: some perspectives from the Americas. **Roteiro**, v. 43, n. 1, p. 21–42, 2018.

STEPHENSON, M.; ZANOTTI, L. Neoliberalism, academic capitalism and higher education: Exploring the challenges of one university in rural Haiti. **International Journal of Educational Development**, v. 65, n. June 2017, p. 115–122, 2019.

TRIPLE HELIX RESEARCH GROUP – BRASIL. Sobre a TH | Universidade – Empresa – Governo. Disponível em: <https://triple-helix.uff.br/sobre-a-triple-helix/>. Acesso em 27. dez.2022.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 769-792, 2011.

YLIJOKI, O. H. Entangled in academic capitalism? A case-study on changing ideals and practices of university research. **Higher Education**, v. 45, n. 3, p. 307–335, 2003.

APÊNDICE

Título	Autores	Ano	País	Dados primários?	Capitalismo acadêmico		Economia Política					Organizacional			Governança			
					Ensaio	Revisão sistemática	Mercadorização	Privatização	Mercantilização	Comercialização	Financeirização	Empreendedorismo	Gerencialismo	Pesquisa	Ensino	Autonomia	Orçamento	Diversificação
Para silenciar os campi	Leher, R.	2004	Brasil	X														X
Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento	Dias Sobrinho, J.	2014	Brasil		X								X	X				
Transnationalization and commodification of higher education: examining some effects of academic capitalism (without risk) in Brazil - the private business expansion	Azevedo, M.L.N	2015	Brasil	X			X											X
Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira	Dias, R.; Serafim, M.P.	2015	Brasil		X		X						X					
A relação universidade-empresa sob diferentes abordagens: da universidade empreendedora ao Capitalismo Acadêmico	Cristofoletti, E.C; Serafim, M. P.	2017	Brasil		X		X				X							
Capitalismo Acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro	Costa, C.F; Goulart, S.	2018	Brasil	X											X			X
A Emergência da universidade operacional: redes, liquidez e Capitalismo Acadêmico	Sigahi, T.F.A.C.; Saltorato, P.	2018	Brasil	X								X						
Academic capitalism and the entrepreneurial university: some perspectives from the Americas	Somers, P. <i>et al.</i>	2018	Brasil	X	X			X				X		X	X			
Future-se: O ultimato na Universidade Estatal Brasileira	Júnior, J.R.S.; Fargoni, E.H.E.	2020	Brasil	X								X						X
Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá	Schugurensky, D; Naidorf, J.	2004	Argentina	X			X						X		X	X		
Capitalismo y subjetividad laboral. El discurso del malestar docente	Cristian A. Venegas Ahumada	2013	Chile	X									X					
Nosotros los académicos. Narrativas identitarias y autodefinición en la universidad actual	Fardella, C.; Sisto, V.; Jiménez, F.	2015	Chile	X									X					

Título	Autores	Ano	País	Dados primários?	Capitalismo acadêmico		Economia Política					Organizacional				Governança			
					Ensaio	Revisão sistemática	Mercadorização	Privatização	Mercantilização	Comercialização	Financeirização	Empreendedorismo	Gerencialismo	Pesquisa	Ensino	Autonomia	Orçamento	Diversificação	Leis
Gobernanza del capitalismo académico: Aproximaciones desde Chile	Brunner, J.J.; Ganga-Contreras, F.; Rodríguez-Ponce, E.	2018	Chile				X												X
El Académico cuantificado. La gestión performativa a través de los instrumentos de medición en la ciencia	Cisternas, C.F.; Villegas, R.M.Z; Navia, A.P.C.	2019	Chile	X								X	X						X
Notes on interdiscipline and academic capitalism	Allendes, J. V.	2020	Chile	X	X		X						X						
Capitalismo académico: Distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno	Brunner, J.J. ; Pedraja-Rejas, L.; Vargas, J.L.	2020	Chile	X		X	X	X	X	X	X	X							X
La Autonomia de la produccion de conocimiento como politica de la universidad	Garrido, J. M.; Espinosa, J. F.; Undurraga, T.	2020	Chile						X				X						
Variedades de capitalismo académico: Un marco conceptual de análisis	Brunner, J.J. <i>et al.</i>	2021	Chile			X	X	X	X	X	X	X				X	X	X	X
La ciencia neoliberal	Lander, E.	2008	Colômbia				X						X						
Significado del trabajo y sentido de la profesión en la academia en Colombia	Caraballo, M.P. R.	2016	Colômbia	X									X						
Docencia e Investigación en Colombia desde la Perspectiva del Capitalismo Académico	Montes, I.C.; Mendoza, P.	2018	Colômbia	X										X	X				
Los Nuevos modelos de gestión en las universidades y en el trabajo docente en Colombia	Salazar, O. C.	2018	Colômbia	X									X						X
Condiciones de trabajo y configuración del sentido de la profesión académica en profesores universitarios colombianos	Martha Patricia Romero Caraballo	2019	Colômbia	X									X						
Políticas Públicas Educativas y aseguramiento de la calidad en la Educación Superior	Plata, L.A.M.; Rodríguez, L.H.R; Veja, D.F.M	2019	Colômbia	X			X								X				X

Título	Autores	Ano	País	Dados primários?	Capitalismo acadêmico		Economia Política					Organizacional				Governança		
					Ensaio	Revisão sistemática	Mercadorização	Privatização	Mercantilização	Comercialização	Financeirização	Empreendedorismo	Gerencialismo	Pesquisa	Ensino	Autonomia	Orçamento	Diversificação
Neoliberalism, academic capitalism and higher education: Exploring the challenges of one university in rural Haiti	Stephenson, Jr., M.; Zanotti, L.	2019	Haiti	X								X			X			
Autonomía estatal y universitaria, mercantilización del conocimiento y educación en el neoliberalismo	Narváez, C.E.M.	2008	México		X		X							X				X
Políticas para el impulso a la economía del conocimiento en el estado de Sinaloa, México	Lopez-Leyva, S.; Mungaray-Moctezuma, A.B.	2015	México	X							X	X						X
Moving from international rankings to Mexican higher education's real progress: A critical perspective	Nenninger, E. H. E. <i>et al.</i> z Stack	2018	México	X			X	X								X		X
El Sistema Nacional de Investigadores en México como mecanismo meritocrático de um Estado Evaluador	Moreno, J.A.J.	2019	México	X								X						X
Autonomy and weak governments: challenges to university quality in LatinAmerica	Mendoza, P.	2020	Peru, Chile, Argentina, Uruguai, México	X											X			X
Ciência Aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa	Clinio, Anne	2019	América Latina		X								X					
Pensando o recolonial nos estudos da comunicação: Reflexões a partir da América Latina	de Albuquerque, A.; de Oliveira, T.	2021	América Latina				X											
Circulation and reception of the theory of "academic capitalism" in Latin America	Brunner, J.J. <i>et al.</i>	2019(a)	América Latina			X										X		X
Teoría del capitalismo académico en los estudios de educación superior	Brunner, J.J. <i>et al.</i>	2019(b)	América Latina			X												

ANEXO 1 – O TRIÂNGULO DA COORDENAÇÃO DE CLARK

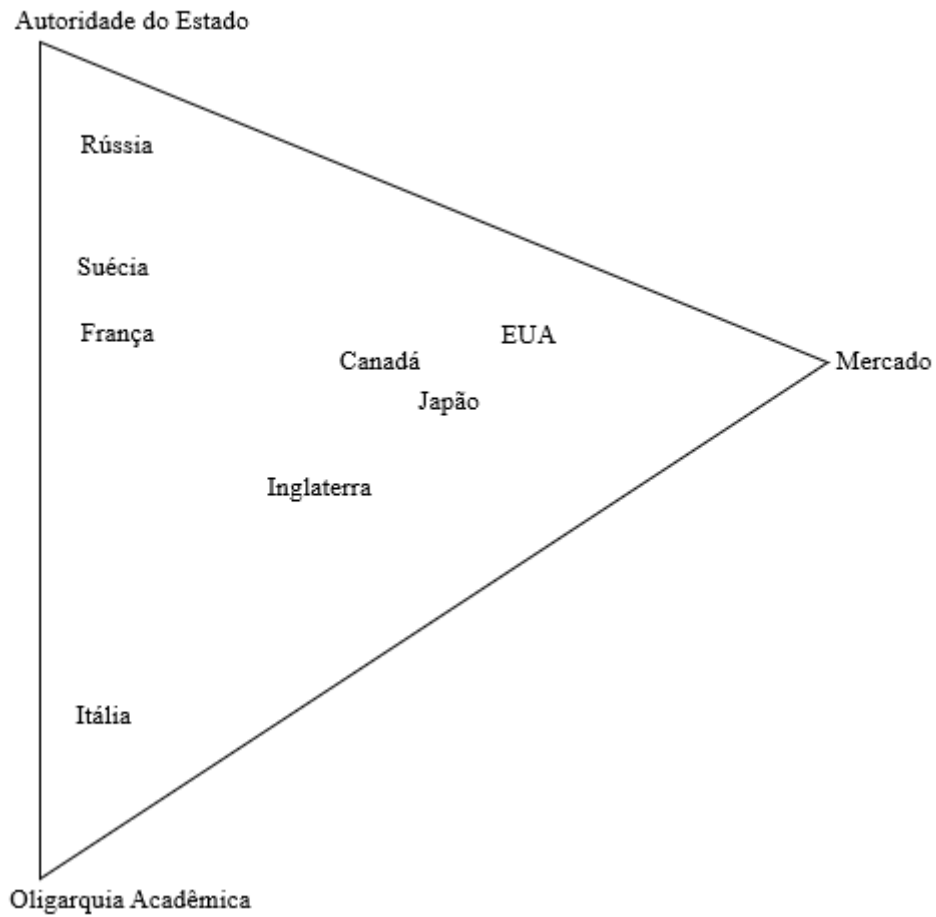


Figura 1 - Triângulo da Coordenação de Clark
Fonte: Adaptado de Clark (1983) apud. Brennan (2010)